



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

REDAÇÃO FINAL
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5/2014
(autoria do Poder Executivo)

Alteração do art. 230 da
Constituição Estadual.

Art. 1º O art. 230 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 230. A lei instituirá o Fundo Estadual de Cultura gerido pelo Conselho Estadual de Cultura vinculado à Secretaria de Estado da Cultura e destinado ao atendimento de pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2014.

Deputada ROSE LITRO
Presidente da Comissão Especial

Deputado ELIO RUSCH
Relator da Comissão Especial

Deputado TERUO KATO

Deputado TADEU VENERI

Deputado NELSON LUERSEN



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 356/2013 (Autoria do Deputado Aníbelli Neto)

Impedimento do repasse de verbas oriundas de convênios destinados à proteção e defesa ao meio ambiente aos municípios que não possuem um Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos dos Animais.

Art. 1º Veda o repasse de verbas oriundas de convênios do Governo Estadual destinadas a programas de proteção e defesa ao meio ambiente aos municípios que não possuem um Conselho Municipal de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais.

Art. 2º Os conselhos de que trata o art. 1º desta Lei serão vinculados às Secretarias Municipais de Saúde, Educação ou Meio Ambiente, com o objetivo de buscar as condições necessárias para garantir a defesa, a proteção, a preservação da vida, da dignidade e dos direitos dos animais nativos, exóticos, selvagens ou domésticos, propondo acompanhamento e promovendo a execução de políticas públicas que levem à convivência harmoniosa entre a espécie humana e as demais espécies animais.

Parágrafo único. Qualquer cidadão poderá integrar os Conselhos Municipais de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais, sendo que a composição, forma de eleição e as competências adicionais dos Conselhos de cada município deverão ser previstos em regulamento específico.

Art. 3º Os conselhos de que trata o art. 1º desta Lei deverão ter atuação voltada à educação e conscientização da população com relação à defesa dos animais, seus cuidados e direitos, devendo para tanto exercer, além das prerrogativas definidas em norma municipal, as seguintes atribuições:

I - acompanhar a aplicação e fiscalizar a utilização de recursos financeiros destinados ao exercício de atividades relacionadas à defesa dos direitos dos animais, no sentido de que suas ações proporcionem desempenho efetivo e com alto grau de aproveitamento dos programas;

II - articular a integração das instituições públicas e privadas nas ações de conscientização, proteção e defesa dos direitos dos animais, promovendo contatos com instituições, entidades privadas e organizações afins, responsáveis por ações ligadas ao assunto;

III - receber denúncias de maus-tratos aos animais, encaminhá-las aos órgãos responsáveis e tomar as providências necessárias para que o infrator responda pelo ato praticado;

IV - participar e acompanhar a organização de campanhas de vacinação e castração em massa;

V - desenvolver propostas de ações voltadas ao desenvolvimento de programas relativos ao assunto, a serem apresentadas à Secretaria Municipal a que são vinculados;


VI - solicitar aos órgãos competentes todas as informações que julguem necessárias, em especial as de caráter técnico administrativo, financeiro, orçamentário, operacional e relativo a recursos humanos, convênios, contratos e termos aditivos de direito público, que digam respeito à estrutura e pleno funcionamento dos órgãos e programas públicos que objetivem a proteção e defesa dos direitos dos animais.

Art. 4º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei para seu fiel cumprimento.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor depois de decorrido um ano da data de sua publicação, ficando tal período destinado à implantação dos Conselhos por parte das Prefeituras.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2014.


Alexandre Curi
Presidente


Relator *Dep. Pastor Edison*


Dep. Carlos Lima


Dep. Paulo Lima


Dep. Paulo Lupion

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator 


José Guilherme


Prof. Venâncio


PEDRO LUPATKIN

1



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 3/2014
(Autoria do Poder Executivo)

Dispõe sobre a autorização ao Poder
Executivo para a alienação de imóveis.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, nos termos do inciso XXX do art. 54 da Constituição Estadual, a alienar a Célia Regina Canhetti Postigo e Delma Russo Canhetti Postigo, os Lotes abaixo relacionados, todos partes da Gleba Ribeirão do Tigre, do imóvel denominado Colônia Paranavaí, com área total de 246,50 ha, localizados no Município de Marilena, Comarca de Nova Londrina, nos termos da Mensagem nº 47, de 4 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de junho de 2014, na forma de Anexo I:

- I - Lote nº 195 – área de 22,70 hectares;
- II - Lote nº 196 – área de 22,70 hectares;
- III - Lote nº 261 – área de 22,70 hectares;
- IV - Lote nº 262 – área de 22,70 hectares;
- V - Lote nº 280 – área de 12,63 hectares;
- VI - Lote nº 281 – área de 12,63 hectares;
- VII - Lote nº 282 – área de 12,63 hectares;
- VIII - Lote nº 283 – área de 12,63 hectares;
- IX - Lote nº 284 – área de 12,63 hectares;
- X - Lote nº 285 – área de 12,63 hectares;
- XI - Lote nº 286-A – área de 2,42 hectares;
- XII - Lote nº 308-B – área de 2,80 hectares;
- XIII - Lote nº 309 – área de 10,58 hectares;
- XIV - Lote nº 310 – área de 13,60 hectares;
- XV - Lote nº 311 – área de 12,63 hectares;
- XVI - Lote nº 312 – área de 12,63 hectares;
- XVII - Lote nº 313 – área de 12,63 hectares; e
- XVIII - Lote nº 314 – área de 12,63 hectares.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 7/2014
(Autoria do Poder Executivo)

Dispõe sobre a autorização ao Poder
Executivo para a alienação de imóveis.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, nos termos do inciso XXX do art. 54 da Constituição Estadual, a alienar a Alfredo Costa Alves e Alexandre Alves de Mello, o Lote nº 8, parte das Glebas 8 e 9, do imóvel denominado Colônia São Jerônimo, com área de 284,3474 ha, localizado no Município de Sapopema, e os Lotes nºs 13, 14, 15 e 16, da mesma Gleba, respectivamente com áreas de 27,4381 ha, de 0,6444 ha, 0,4158 ha e de 0,3540 ha, localizados no Município de São Jerônimo da Serra, nos termos da Mensagem nº 46, de 4 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de junho de 2014, na forma de Anexo I.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


PROF. LEONARDO


EDIO LUPATTO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 9/2014
(Autoria do Poder Executivo)

Dispõe sobre a autorização ao Poder
Executivo para a alienação de imóveis.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, nos termos do inciso XXX do art. 54 da Constituição Estadual, a alienar a Cláudio Henrique Pitelli, o Lote nº 04, parte das Glebas 08 e 09, do imóvel denominado Colônia São Jerônimo, com área de 223,7538 ha, localizado no Município de Sapopema, Comarca de Curiúva, nos termos da Mensagem nº 39, de 4 de junho de 2014, do Chefe do Poder Executivo, lida no expediente da Assembleia Legislativa de 16 de junho de 2014, na forma de Anexo I.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente




Relator 


Rafael Lemos


Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 1.º FEV. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 19 /2014

Revoga Leis que concederam Título de
Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 04, de 21 de julho de 1981;
- II - Lei nº 4.375, de 6 de junho de 1961;
- III - Lei nº 4.779, de 29 de novembro de 1963;
- IV - Lei nº 4.614, de 7 de julho de 1962;
- V - Lei nº 5.781, de 29 de maio de 1968;
- VI - Lei nº 5.905, de 3 de janeiro de 1969;
- VII - Lei nº 5.913, de 22 de janeiro de 1969;
- VIII - Lei nº 6.400, de 26 de abril de 1973;
- IX - Lei nº 6.424, de 6 de julho de 1973;
- X - Lei nº 6.506, de 7 de dezembro de 1973;
- XI - Lei nº 6.536, de 15 de maio de 1974;
- XII - Lei nº 6.541, de 16 de maio de 1974;
- XIII - Lei nº 6.719, de 27 de outubro de 1975;
- XIV - Lei nº 6.725, de 17 de novembro de 1975 e
- XV - Lei nº 6.752, de 16 de dezembro de 1975.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.

Deputado CANTO QUINTANA
PRESIDENTE

Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n. 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado TADEU VENERI

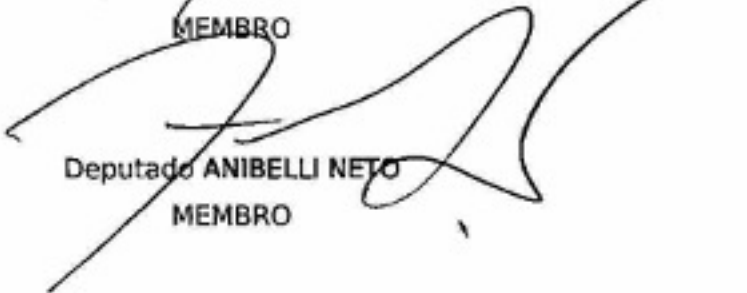
MEMBRO


Deputado TERCÍLIO TURINI

MEMBRO


Deputado ANDRÉ BUENO

MEMBRO


Deputado ANIBELLI NETO

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não cumprem os requisitos da Lei de concessão, vez que destinadas a defender os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei, que prevê a declaração de Utilidade Pública para entidades que comprovem interesse público e serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade.

Segundo as regras insculpidas pela Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencados – incluindo a observância ao interesse público, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública (ou, caso tenha sido anteriormente, deixará de sê-lo caso não reveja seu estatuto e conduta de acordo com os ditames legais).

Ademais, não se deve olvidar que, ao lado dos requisitos dispostos no art. 1º da Lei mencionada, seu art. 6º também assinala situações em que não será possível a declaração de Utilidade Pública a determinadas entidades:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:

I - as sociedades comerciais;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

III - as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - ...Vetado...;

VII - ...Vetado...;

VIII - as fundações públicas;

IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública.

Cabe ressaltar que o art. 6º traz uma vedação expressa da declaração de utilidade pública a entidades de classe e àquelas que proporcionam bens ou serviços apenas a grupos restritos de associados.

Assim, em termos legais e, interpretando-se conjuntamente os artigos 1º e 6º da Lei nº 17.826/2013, fica de plano demonstrado que as entidades de classe ou que beneficiem apenas seus associados, ainda que contemplem interesses públicos em seu objeto, não poderão ser enquadradas como instituições de utilidade pública.

Adentrando no campo doutrinário, temos que, por definição, as entidades de utilidade pública tratam-se de pessoas jurídicas de direito privado criadas ou instituídas por particulares, nos termos da lei, para o desempenho perene, efetivo e desinteressado de atividades de interesse público, tendo em vista o bem-estar social, as necessidades e o proveito de toda a coletividade e pautando-se pela prática da benemerência. São passíveis de serem reconhecidas pelos poderes públicos como espontâneas colaboradoras do Estado e, conseqüentemente, não podem ser destinadas a beneficiar apenas grupos restritos de pessoas.

Em outras palavras, a entidade deve buscar o benefício do maior número possível de pessoas, mesmo que estas não sejam a ela afiliadas ou de alguma forma vinculadas, e sem que seja obrigatório contribuir financeiramente com tal entidade.

Imprescindível acrescentar, portanto, que o objetivo da entidade deve implicar na sua própria razão de ser, de forma que o interesse público não deve ser buscado apenas de forma indireta ou reflexa.

10/2



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Portanto, diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 19/2014

Projeto de Lei nº. 19/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 4/1981, 4.375/1981, 4.779/1963, 4.614/1962, 5.781/1968, 5.905/1969, 6.400/1973, 6.424/1973, 6.506/1973, 6.536/1974, 6.541/1974, 6.719/1975, 6.725/1975 E 6.752/1975 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA - NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini, têm por objetivo revogar as seguintes Leis:

Lei 4.375/1981. Súmula: Declara de utilidade pública o GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA – OS BAMBAS DO ASFALTO, com sede e foro na cidade de Comélio Procópio.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 4.375/1981. Súmula: Declara de utilidade pública, para todos os efeitos legais, a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO PARANÁ S/A, com sede em Curitiba.

Lei 4.779/1963. Súmula: Declara de utilidade pública a Fundação "Casa do Estudante Universitário do Paraná", desta Capital.

Lei 4.614/1962. Súmula: Declara de utilidade pública a Seção do Paraná do "Touring Club do Brasil".

Lei 5.781/1968. Súmula: Declara de utilidade pública, a Colônia de Férias "ASSEMAR", de funcionários da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com sede na cidade Balneária de Guaratuba.

Lei 5.905/1969. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil, Seção Curitiba.

Lei 6.400/1973. Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade Educacional Tuiuti, com sede e foro nesta Capital.

Lei 6.424/1973. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Paranaense do Ministério Público, com sede na cidade de Curitiba.

Lei 6.506/1973. Súmula: Declara de utilidade pública o Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 6.536/1974. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro de Comércio Exterior do Paraná- CECEX, com sede e foro nesta Capital.

Lei 6.541/1974. Súmula: Declara de utilidade pública o Clube de Exportadores e Importadores do Paraná - CEXIMPAR, com sede em Curitiba.

Lei 6.719/1975. Súmula: Declara de utilidade pública a FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL, sociedade civil com sede e foro nesta Capital.

Lei 6.725/1975. Súmula: Declara de utilidade pública o SINDICTAO RURAL DE GUARANIAÇU, com sede e foro na cidade de Guaraniaçu.

Lei 6.752/1975. Súmula: Declara de utilidade pública o SINDICTAO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GUARANIAÇU, com sede na cidade de Guaraniaçu.

Estas Leis concedem o título de utilidade pública a entidades que defendem os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei nº 17.826/2013.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DAP

19. 26

legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
a) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e
ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DAP

27

Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades;

II- Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

V- As entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, verbis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


DAP

Fls. 29

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 18 de março de 2014.

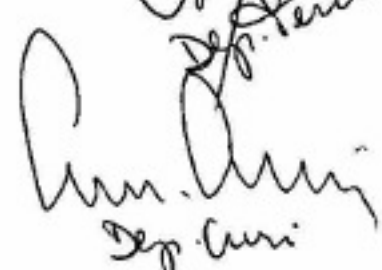

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Carli


Dep. Terribio



Dep. Moura


Dep. Curi

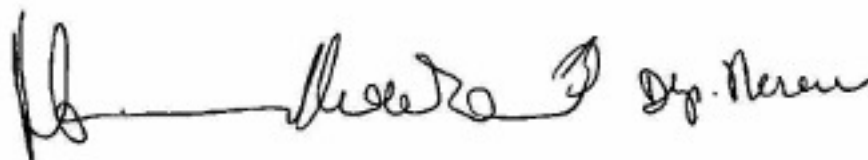

Dep. Henrique

Dep. Bastos

APROVADO

 18.03.14

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Nereu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 19/2014

De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 19/2014, passa a contar com a seguinte redação:

SÚMULA – Revoga Leis que concederam título de utilidade pública.

Art. 1º - Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I- Lei nº 04, de 21 de julho de 1981;
- II- Lei nº 4.375, de 6 de junho de 1961;
- III- Lei nº 4.779, de 29 de novembro de 1963;
- IV- Lei nº 4.614, de 7 de julho de 1962;
- V- Lei nº 5.781, de 29 de maio de 1968;
- VI- Lei nº 5.905, de 3 de janeiro de 1969;
- VII- Lei nº 6.400, de 26 de abril de 1973;
- VIII - Lei nº 6.424, de 6 de julho de 1973;
- IX - Lei nº 6.506, de 7 de dezembro de 1973;
- X - Lei nº 6.536, de 15 de maio de 1974;
- XI- Lei nº 6.541, de 16 de maio de 1974;
- XII - Lei nº 6.719, de 27 de outubro de 1975;
- XIII- Lei nº 6.725, de 17 de novembro de 1975 e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DAF

31

XIV - Lei nº 6.752, de 16 de dezembro de 1975.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

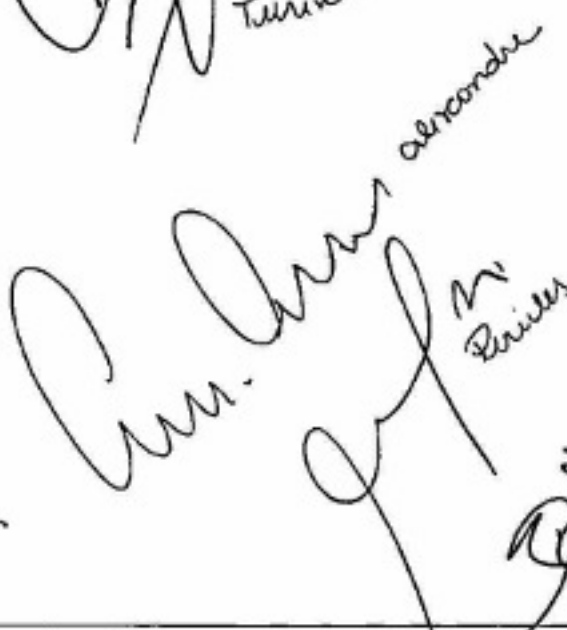
Sala das Comissões, em 18 de março de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Nelson Justus


Scanavaca


Nelson Justus


Nelson Justus

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

18.03.14



**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**

Em, 10 FEV. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 20 /2014

Revoga Leis que concederam Título de
Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 14.727, de 6 de junho de 2005;
- II - Lei nº 14.841, de 3 de outubro de 2005;
- III - Lei nº 14.846, de 3 de outubro de 2005;
- IV - Lei nº 15.040, de 13 de fevereiro de 2006;
- V - Lei nº 15.083, de 4 de maio de 2006;
- VI - Lei nº 15.365, de 8 de janeiro de 2007;
- VII - Lei nº 15.871, de 23 de junho de 2008;
- VIII - Lei nº 15.925, de 26 de agosto de 2008;
- IX - Lei nº 15.958, de 26 de setembro de 2008;
- X - Lei nº 15.989, de 2 de dezembro de 2008;
- XI - Lei nº 16.210, de 10 de agosto de 2009;
- XII - Lei nº 16.550, de 19 de julho de 2010;
- XIII - Lei nº 16.798, de 25 de abril de 2011;
- XIV - Lei nº 16.861, de 8 de julho de 2011 e
- XV - Lei nº 17.150, de 9 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA
PRESIDENTE

Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado TADEU VENERI


MEMBRO


Deputado TERCILIO TURINI

MEMBRO


Deputado ANDRE BUENO

MEMBRO


Deputado ANIBELLI NETO

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não cumprem os requisitos da Lei de concessão, vez que destinadas a defender os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei, que prevê a declaração de Utilidade Pública para entidades que comprovem interesse público e serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade.

Segundo as regras insculpidas pela Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencados – incluindo a observância ao interesse público, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública (ou, caso tenha sido anteriormente, deixará de sê-lo caso não reveja seu estatuto e conduta de acordo com os ditames legais).

Ademais, não se deve olvidar que, ao lado dos requisitos dispostos no art. 1º da Lei mencionada, seu art. 6º também assinala situações em que não será possível a declaração de Utilidade Pública a determinadas entidades:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:

I - as sociedades comerciais;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n.º 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

III - as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - ...Vetado...;

VII - ...Vetado...;

VIII - as fundações públicas;

IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública.

Cabe ressaltar que o art. 6º traz uma vedação expressa da declaração de utilidade pública a entidades de classe e àquelas que proporcionam bens ou serviços apenas a grupos restritos de associados.

Assim, em termos legais e, interpretando-se conjuntamente os artigos 1º e 6º da Lei nº 17.826/2013, fica de plano demonstrado que as entidades de classe ou que beneficiem apenas seus associados, ainda que contemplem interesses públicos em seu objeto, não poderão ser enquadradas como instituições de utilidade pública.

Adentrando no campo doutrinário, temos que, por definição, as entidades de utilidade pública tratam-se de pessoas jurídicas de direito privado criadas ou instituídas por particulares, nos termos da lei, para o desempenho perene, efetivo e desinteressado de atividades de interesse público, tendo em vista o bem-estar social, as necessidades e o proveito de toda a coletividade e pautando-se pela prática da benemerência. São passíveis de serem reconhecidas pelos poderes públicos como espontâneas colaboradoras do Estado e, conseqüentemente, não podem ser destinadas a beneficiar apenas grupos restritos de pessoas.

Em outras palavras, a entidade deve buscar o benefício do maior número possível de pessoas, mesmo que estas não sejam a ela afiliadas ou de alguma forma vinculadas, e sem que seja obrigatório contribuir financeiramente com tal entidade.

Imprescindível acrescentar, portanto, que o objetivo da entidade deve implicar na sua própria razão de ser, de forma que o interesse público não deve ser buscado apenas de forma indireta ou reflexa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n. 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Portanto, diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima
expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 20/2014

Projeto de Lei nº. 20/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº
14.727/2005, 14.841/2005, 14.846/2005,
15.040/2006, 15.083/2006, 15.365/2007,
15.871/2008, 15.925/2008, 15.958/2008,
15.989/2008, 16.210/2009, 16.550/2010,
16.798/2011, 16.861/2011 E 17.150/2012, QUE
OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA –
NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER
FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini, têm por objetivo revogar as seguintes Leis:

Lei 14.727/2005. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Amigos do Basquetebol Masculino de Toledo, com sede e foro na cidade de Toledo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 14.841/2005. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste- ARCOV, com sede no município de Ouro Verde do Oeste, Comarca de Toledo.

Lei 14.846/2005. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Rádio Comunitária ANAWIN, com sede e foro no município de Francisco Beltrão.

Lei 15.040/2006. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado do Paraná – ATEPAR, com sede e foro no município de Curitiba.

Lei 15.083/2006. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Rádio Comunitária Cidade Verão FM, com sede no município de Santa Terezinha de Itaipu e foro na comarca de Foz do Iguaçu.

Lei 15.365/2007. Súmula: Declara de utilidade pública a Escola de Futebol Pais e Amigos de Santa Fé, com sede no município de Santa Fé e foro no município de Astorga.

Lei 15.871/2008. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Iguaçuense de Artes Marciais Kuk Sool Wan – Hap.Ki.Do, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Lei 15.925/2008. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Rádio Comunitário Nova Pinhais- ARCONOP, com sede e foro no município de Pinhais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 15.958/2008. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Maringaense de Vôlei de Praia- AMVP, com sede e foro no município de Maringá.

Lei 15.989/2008. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas- AMAO, com sede e foro nesta Capital.

Lei 16.210/2009. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação das Câmaras Municipais da Microrregião Doze- ACAMDOZE, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Lei 16.550/2010. Súmula: Declara de utilidade pública a Liga de Futebol de Goioerê- L.F.G., com sede e foro no município de Goioerê.

Lei 16.798/2011. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Capoeirê Palotina – ACAP, com sede e foro no município de Palotina.

Lei 16.861/2011. Súmula: Declara de utilidade pública o Goioerê Bicicross Club, com sede e foro no município de Goioerê.

Lei 17.150/2012. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Desportiva Asa Leste – ADAL, com sede e foro no município de Campo Mourão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Estas Leis concedem o título de utilidade pública a entidades que defendem os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei nº 17.826/2013.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades;

II- Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

V- As entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados os sócios;

Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, verbis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênera ou ao Estado.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Fevereiro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR


Dep. Carlos


Dep. Turiani


Dep. Caio


Dep. Laurício


Dep. Nelson

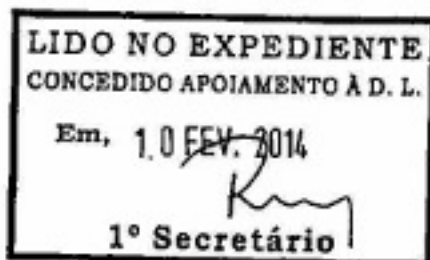
Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

25.02.14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



PROJETO DE LEI Nº 21 /2014

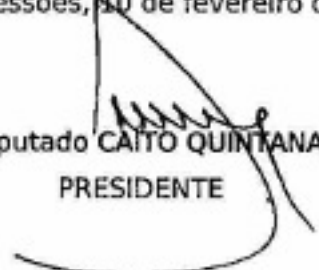
Revoga Leis que concederam Título de
Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I – Lei nº 6.869, de 26 de abril de 1977;
- II – Lei nº 7.281, de 27 de dezembro de 1979;
- III – Lei nº 8.742, de 6 de janeiro de 1988;
- IV – Lei nº 8.834, de 15 de julho de 1988;
- V – Lei nº 10.773, de 10 de maio de 1994;
- VI – Lei nº 11.525, de 20 de setembro de 1996;
- VII – Lei nº 11.851, de 3 de outubro de 1997;
- VIII – Lei nº 12.289, de 18 de agosto de 1998;
- IX – Lei nº 12.530, de 25 de janeiro de 1999;
- X – Lei nº 12.773, de 17 de dezembro de 1999;
- XI – Lei nº 13.703, de 9 de julho de 2002;
- XII – Lei nº 13.707, de 9 de julho de 2002;
- XIII – Lei nº 13.945, de 6 de dezembro de 2002;
- XIV – Lei nº 14.406, de 27 de maio de 2004 e
- XV – Lei nº 14.719, de 6 de junho de 2005.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.


Deputado CAIO QUINTANA
PRESIDENTE

Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Deputado TADEU VENERI

MEMBRO

Deputado TERCILIO TURINI

MEMBRO

Deputado ANDRE BUENO

MEMBRO

Deputado ANIBELLI NETO

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não cumprem os requisitos da Lei de concessão, vez que destinadas a defender os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei, que prevê a declaração de Utilidade Pública para entidades que comprovem interesse público e serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade.

Segundo as regras insculpidas pela Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencados – incluindo a observância ao interesse público, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública (ou, caso tenha sido anteriormente, deixará de sê-lo caso não reveja seu estatuto e conduta de acordo com os ditames legais).

Ademais, não se deve olvidar que, ao lado dos requisitos dispostos no art. 1º da Lei mencionada, seu art. 6º também assinala situações em que não será possível a declaração de Utilidade Pública a determinadas entidades:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

III - as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - ...Vetado...;

VII - ...Vetado...;

VIII - as fundações públicas;

IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública.

Cabe ressaltar que o art. 6º traz uma vedação expressa da declaração de utilidade pública a entidades de classe e àquelas que proporcionam bens ou serviços apenas a grupos restritos de associados.

Assim, em termos legais e, interpretando-se conjuntamente os artigos 1º e 6º da Lei nº 17.826/2013, fica de plano demonstrado que as entidades de classe ou que beneficiem apenas seus associados, ainda que contemplem interesses públicos em seu objeto, não poderão ser enquadradas como instituições de utilidade pública.

Adentrando no campo doutrinário, temos que, por definição, as entidades de utilidade pública tratam-se de pessoas jurídicas de direito privado criadas ou instituídas por particulares, nos termos da lei, para o desempenho perene, efetivo e desinteressado de atividades de interesse público, tendo em vista o bem-estar social, as necessidades e o proveito de toda a coletividade e pautando-se pela prática da benemerência. São passíveis de serem reconhecidas pelos poderes públicos como espontâneas colaboradoras do Estado e, conseqüentemente, não podem ser destinadas a beneficiar apenas grupos restritos de pessoas.

Em outras palavras, a entidade deve buscar o benefício do maior número possível de pessoas, mesmo que estas não sejam a ela afiliadas ou de alguma forma vinculadas, e sem que seja obrigatório contribuir financeiramente com tal entidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Imprescindível acrescentar, portanto, que o objetivo da entidade deve implicar na sua própria razão de ser, de forma que o interesse público não deve ser buscado apenas de forma indireta ou reflexa.

Portanto, diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 21/2014

Projeto de Lei nº. 21/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº
6.869/1977, 7.281/1979, 8.742/1988,
8.834/1988, 10.773/1994, 11.525/1996,
11.851/1997, 12.289/1998, 12.530/1999,
12.773/1999, 13.703/2002, 13.707/2002,
13.945/2002, 14.406/2004 E 14.719/2005, QUE
OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA –
NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER
FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini, têm por objetivo revogar as seguintes Leis:

Lei 6.869/1977. Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS EMISSORAS DE RADIOFUSÃO DO PARANÁ- AERP.

Lei 7.281/1979. Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA "SABIA", com sede na cidade de Toledo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 8.742/1988. Súmula: Declara de utilidade pública Estadual a Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Segurança Pública – A.S.S.E.S.P, com sede e foro na cidade de CURITIBA.

Lei 8.834/1988. Súmula: Declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PARORIAL DE ASSISTÊNCIA AOS AGRICULTORES DE VERA GUARANI", Município de Paulo Frontin, com foro na cidade de Mallet.

Lei 10.773/1994. Súmula: Declara de utilidade pública estadual o Grupo Folclórico Ucraniano Brasileiro Vesselka, com sede e foro na cidade de Prudentópolis.

Lei 11.525/1996. Súmula: Declara de utilidade pública a CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASIL- CHILE, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Lei 11.851/1997. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais de Perobas, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Lei 12.289/1998. Súmula: Declara de utilidade pública, a Associação dos Artesãos de Cianorte, com sede e foro no município de Cianorte.

Lei 12.530/1999. Súmula: Altera o art. 1º, da Lei nº 8.793, de 26 de maio de 1988.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 12.773/1999. Súmula: Declara de utilidade pública o Copel Clube de Ponta Grossa – CCPG, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Lei 13.703/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade Esportiva Aliança, com sede e foro no município de Palotina.

Lei 13.707/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná – Microrregião 14 – ACAMSOP/14, com sede e foro no município de Pato Branco.

Lei 13.945/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Londrinense de Ginástica Artística- ALGA, com sede e foro na cidade de Londrina.

Lei 14.406/2004. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Cultural de Pérola, com sede e foro no município de Pérola.

Lei 14.719/2005. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de São Manoel, com sede e foro no município de Santa Maria do Oeste.

Estas Leis concedem o título de utilidade pública a entidades que defendem os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei nº 17.826/2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corroborando este entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades;

II- Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

V- As entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, verbis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Fevereiro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR


Dep. Carlos


Dep. Turini


Dep. Spito

Dep. Aníbal


Dep. Laurion


Dep. Nereu

Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

25.02.14



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 10 FEV. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 22 /2014

Revoga Leis que concederam Título de
Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 13.597, de 29 de maio de 2002;
- II - Lei nº 13.997, de 27 de janeiro de 2003;
- III - Lei nº 15.390, de 15 de janeiro de 2007;
- IV - Lei nº 15.516, de 4 de junho de 2007;
- V - Lei nº 15.518, de 4 de junho de 2007;
- VI - Lei nº 15.645, de 2 de outubro de 2007;
- VII - Lei nº 15.736, de 18 de dezembro de 2007;
- VIII - Lei nº 15.901, de 28 de julho de 2008;
- IX - Lei nº 16.061, de 3 de março de 2009;
- X - Lei nº 16.149, de 6 de julho de 2009;
- XI - Lei nº 16.221, de 28 de agosto de 2009;
- XII - Lei nº 16.282, de 23 de novembro de 2009;
- XIII - Lei nº 16.417, de 12 de fevereiro de 2010;
- XIV - Lei nº 16.252, de 28 de outubro de 2009 e
- XV - Lei nº 16.606, de 22 de novembro de 2010.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.

Deputado CAIO QUINTANA
PRESIDENTE


Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado TADEU VENERI

MEMBRO


Deputado TERCÍLIO TURINI

MEMBRO


Deputado ANDRÉ BUENO

MEMBRO


Deputado ANIBELLI NETO

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não cumprem os requisitos da Lei de concessão, vez que destinadas a defender os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei, que prevê a declaração de Utilidade Pública para entidades que comprovem interesse público e serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade.

Segundo as regras insculpidas pela Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencados – incluindo a observância ao interesse público, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública (ou, caso tenha sido anteriormente, deixará de sê-lo caso não reveja seu estatuto e conduta de acordo com os ditames legais).

Ademais, não se deve olvidar que, ao lado dos requisitos dispostos no art. 1º da Lei mencionada, seu art. 6º também assinala situações em que não será possível a declaração de Utilidade Pública a determinadas entidades:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

III - as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - ...Vetado...;

VII - ...Vetado...;

VIII - as fundações públicas;

IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública.

Cabe ressaltar que o art. 6º traz uma vedação expressa da declaração de utilidade pública a entidades de classe e àquelas que proporcionam bens ou serviços apenas a grupos restritos de associados.

Assim, em termos legais e, interpretando-se conjuntamente os artigos 1º e 6º da Lei nº 17.826/2013, fica de plano demonstrado que as entidades de classe ou que beneficiem apenas seus associados, ainda que contemplem interesses públicos em seu objeto, não poderão ser enquadradas como instituições de utilidade pública.

Adentrando no campo doutrinário, temos que, por definição, as entidades de utilidade pública tratam-se de pessoas jurídicas de direito privado criadas ou instituídas por particulares, nos termos da lei, para o desempenho perene, efetivo e desinteressado de atividades de interesse público, tendo em vista o bem-estar social, as necessidades e o proveito de toda a coletividade e pautando-se pela prática da benemerência. São passíveis de serem reconhecidas pelos poderes públicos como espontâneas colaboradoras do Estado e, conseqüentemente, não podem ser destinadas a beneficiar apenas grupos restritos de pessoas.

Em outras palavras, a entidade deve buscar o benefício do maior número possível de pessoas, mesmo que estas não sejam a ela afiliadas ou de alguma forma vinculadas, e sem que seja obrigatório contribuir financeiramente com tal entidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Imprescindível acrescentar, portanto, que o objetivo da entidade deve implicar na sua própria razão de ser, de forma que o interesse público não deve ser buscado apenas de forma indireta ou reflexa.

Portanto, diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 22/2014

Projeto de Lei nº. 22/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº
13.597/2002, 13.997/2003, 15.390/2007,
15.516/2007, 15.518/2007, 15.645/2007,
15.736/2007, 15.901/2008, 16.061/2009,
16.149/2009, 16.221/2009, 16.282/2009,
16.417/2010, 16.252/2009 E 16.606/2010, QUE
OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA -
NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER
FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini, têm por objetivo revogar as seguintes Leis:

Lei 13.597/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores de Corumbataí do Sul – APROCOR, com sede e foro no município de Corumbataí do Sul no município de Barbosa Ferraz.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 13.997/2003. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Municipais de Goioerê – ASSEMUG, com sede e foro na Comarca de Goioerê.

Lei 15.390/2007. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Prudentópolis – ACIAP, com sede e foro no Município de Prudentópolis.

Lei 15.516/2007. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa – ACIPG, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Lei 15.518/2007. Súmula: Declara de utilidade pública a ACIG – Associação Comercial e Empresarial de Goioerê – Estado do Paraná.

Lei 15.645/2007. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Artesãos de Quarto Centenário, com sede no Município Centenário e foro no Município de Goioerê.

Lei 15.736/2007. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Engenheiro Beltrão, com sede e foro no Município de Engenheiro Beltrão.

Lei 15.901/2008. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Beltronense da Bocha – ABELBO, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 16.061/2009. Súmula: Declara de utilidade pública a Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Sudoeste do Paraná – CACISPAR, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão.

Lei 16.149/2009. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Casa do Artesão de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Lei 16.221/2009. Súmula: Declara de utilidade pública a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Paraná – UNICAFES PARANÁ, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão.

Lei 16.282/2009. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Campina da Lagoa – ACICLA, com sede e foro no Município de Campina da Lagoa.

Lei 16.417/2010. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Municipais de Diamante do Oeste – ASSERMUDI, com sede no Município de Diamante e foro no Município de Matelândia.

Lei 16.252/2009. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Guarda São Cristóvão de Marmeleiro, com sede no Município de Marmeleiro e foro no Município de Francisco Beltrão.

Lei 16.606/2010. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Caminhoneiros dos Campos Gerais – A. C. C. G., com sede e foro no Município de Ponta Grossa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Estas Leis concedem o título de utilidade pública a entidades que defendem os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei nº 17.826/2013.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades;

II- Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

V- As entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, verbis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



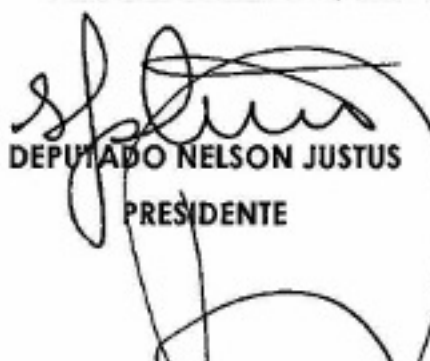
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça





CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Fevereiro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Turini


Dep. Neuen


Dep. Pastor

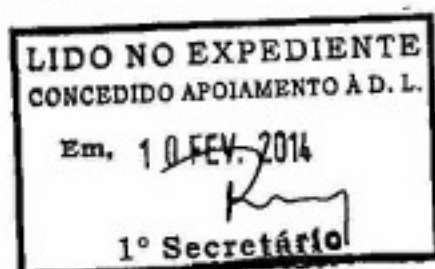
Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

25.02.14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



PROJETO DE LEI Nº 23 /2014

Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 16.647, de 7 de dezembro de 2010;
- II - Lei nº 16.862, de 8 de julho de 2011;
- III - Lei nº 17.305, de 14 de setembro de 2012;
- IV - Lei nº 17.625, de 9 de julho de 2013;
- V - Lei nº 17.658, de 12 de agosto de 2013;
- VI - Lei nº 17.666, de 3 de setembro de 2013;
- VII - Lei nº 17.669, de 3 de setembro de 2013;
- VIII - Lei nº 17.694, de 24 de setembro de 2013;
- IX - Lei nº 17.683, de 20 de setembro de 2013;
- X - Lei nº 17.695, de 24 de setembro de 2013;
- XI - Lei nº 17.696, de 24 de setembro de 2013;
- XII - Lei nº 17.700, de 3 de outubro de 2013;
- XIII - Lei nº 17.717, de 15 de outubro de 2013;
- XIV - Lei nº 17.718, de 15 de outubro de 2013 e
- XV - Lei nº 17.730, de 23 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.

Deputado CARLO QUINTANA
PRESIDENTE

Deputado PEDRO LUPION
RELATOR


Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




Deputado TADEU VENERI

MEMBRO


Deputado TERCILIO TURINI

MEMBRO


Deputado ANDRE BUENO

MEMBRO


Deputado ANIBELLI NETO

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não cumprem os requisitos da Lei de concessão, vez que destinadas a defender os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei, que prevê a declaração de Utilidade Pública para entidades que comprovem interesse público e serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade.

Segundo as regras insculpidas pela Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencados – incluindo a observância ao interesse público, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública (ou, caso tenha sido anteriormente, deixará de sê-lo caso não reveja seu estatuto e conduta de acordo com os ditames legais).

Ademais, não se deve olvidar que, ao lado dos requisitos dispostos no art. 1º da Lei mencionada, seu art. 6º também assinala situações em que não será possível a declaração de Utilidade Pública a determinadas entidades:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n. 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

III - as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - ...Vetado...;

VII - ...Vetado...;

VIII - as fundações públicas;

IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública.

Cabe ressaltar que o art. 6º traz uma vedação expressa da declaração de utilidade pública a entidades de classe e àquelas que proporcionam bens ou serviços apenas a grupos restritos de associados.

Assim, em termos legais e, interpretando-se conjuntamente os artigos 1º e 6º da Lei nº 17.826/2013, fica de plano demonstrado que as entidades de classe ou que beneficiem apenas seus associados, ainda que contemplem interesses públicos em seu objeto, não poderão ser enquadradas como instituições de utilidade pública.

Adentrando no campo doutrinário, temos que, por definição, as entidades de utilidade pública tratam-se de pessoas jurídicas de direito privado criadas ou instituídas por particulares, nos termos da lei, para o desempenho perene, efetivo e desinteressado de atividades de interesse público, tendo em vista o bem-estar social, as necessidades e o proveito de toda a coletividade e pautando-se pela prática da benemerência. São passíveis de serem reconhecidas pelos poderes públicos como espontâneas colaboradoras do Estado e, conseqüentemente, não podem ser destinadas a beneficiar apenas grupos restritos de pessoas.

Em outras palavras, a entidade deve buscar o benefício do maior número possível de pessoas, mesmo que estas não sejam a ela afiliadas ou de alguma forma vinculadas, e sem que seja obrigatório contribuir financeiramente com tal entidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Imprescindível acrescentar, portanto, que o objetivo da entidade deve implicar na sua própria razão de ser, de forma que o interesse público não deve ser buscado apenas de forma indireta ou reflexa.

Portanto, diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 23/2014

Projeto de Lei nº. 23/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº
16.647/2010, 16.862/2011, 17.305/2012,
17.625/2013, 17.658/2013, 17.666/2013,
17.669/2013, 17.694/2013, 17.683/2013,
17.695/2013, 17.696/2013, 17.700/2013,
17.717/2013, 17.718/2013 E 17.730/2013, QUE
OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA -
NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER
FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini, têm por objetivo revogar as seguintes Leis:

Lei 16.647/2010. Súmula: Declara de utilidade pública o Moto Clube Asas da Liberdade, com sede e foro no Município de Apucarana.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 16.862/2011. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Farolense de Produtores de Leite – AFAPROL, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Lei 17.305/2012. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação para o Desenvolvimento Tecnológico e Industrial do Sudoeste do Paraná – SUDOTEC, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos.

Lei 17.625/2013. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores do Bairro Barreirinho – APBB, com sede no Município de Santana do Itararé e foro no Município de Wenceslau Braz.

Lei 17.658/2013. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores das Comunidades de Rio das Pedras B e Colônia Cachoeira – Agro Rio Cachoeira, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul.

Lei 17.666/2013. Súmula: Declara de utilidade pública o Movimento Tradicionalista Gaúcho da 12ª Região – RT – componente do Movimento Gaúcho do Paraná, com sede e foro no Município de Matelândia.

Lei 17.669/2013. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de pecuaristas Cantuenses – APECAN, com sede no Município de Nova Cantu e foro no Município de Campina da Lagoa.

Lei 17.694/2013. Súmula: Declara de utilidade pública a Federação de Tênis de Mesa do Paraná, com sede e foro no Município de Campo Mourão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 17.683/2013. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Meliponicultores de Mandirituba – AMAMEL, com sede no Município de Mandirituba e foro no Foro Regional de Fazenda Rio Grande da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Lei 17.695/2013. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores de São José do Ivaí, com sede e foro no Município de Santa Isabel do Ivaí.

Lei 17.696/2013. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores de Guaíaca, com sede e foro no Município de São João do Triunfo.

Lei 17.700/2013. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa, com sede e foro no Município de Curitiba.

Lei 17.717/2013. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Educação Musical – ABEM, com sede e foro no Município de Londrina.

Lei 17.718/2013. Súmula: Declara de utilidade pública a federação de Futevôlei do estado do Paraná.

Lei 17.730/2013. Súmula: Declara de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Segurança – IBS, com sede e foro no Município de Curitiba.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Estas Leis concedem o título de utilidade pública a entidades que defendem os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei nº 17.826/2013.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

a) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades;

II- Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

V- As entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados os sócios;

Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, verbis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Fevereiro de 2014.

[Assinatura]
Dep. Carli

[Assinatura]
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

[Assinatura]
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

[Assinatura]
Dep. Turini

[Assinatura]
Dep. Carli

[Assinatura]
Dep. Curi

[Assinatura]
Dep. Laurion

[Assinatura]
Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

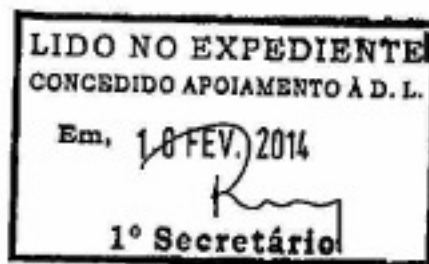
[Assinatura]
Dep. Neuen

APROVADO

25.02.14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n. 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



PROJETO DE LEI Nº 24 /2014

Revoga Leis que concederam Título de
Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 6.775, de 30 de abril de 1976;
- II - Lei nº 6.777, de 3 de maio de 1976;
- III - Lei nº 6.821, de 20 de julho de 1976;
- IV - Lei nº 7.033, de 20 de setembro de 1978;
- V - Lei nº 7.281, de 27 de dezembro de 1979;
- VI - Lei nº 7.309, de 26 de maio de 1980;
- VII - Lei nº 7.328, de 10 de junho de 1980;
- VIII - Lei nº 8.547, de 21 de setembro de 1987;
- IX - Lei nº 7.796, de 21 de dezembro de 1983;
- X - Lei nº 7.888, de 6 de agosto de 1984;
- XI - Lei nº 8.111, de 25 de junho de 1985;
- XII - Lei nº 8.114, de 25 de junho de 1985;
- XIII - Lei nº 8.440, de 14 de janeiro de 1987 e
- XIV - Lei nº 8.441, de 14 de janeiro de 1987.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não cumprem os requisitos da Lei de concessão, vez que destinadas a defender os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei, que prevê a declaração de Utilidade Pública para entidades que comprovem interesse público e serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade.

Segundo as regras insculpidas pela Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencados - incluindo a observância ao interesse público, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública (ou, caso tenha sido anteriormente, deixará de sê-lo caso não reveja seu estatuto e conduta de acordo com os ditames legais).

Ademais, não se deve olvidar que, ao lado dos requisitos dispostos no art. 1º da Lei mencionada, seu art. 6º também assinala situações em que não será possível a declaração de Utilidade Pública a determinadas entidades:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:

I - as sociedades comerciais;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n.º 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



II - os sindicatos, **as associações de classe ou de representação de categoria profissional** e as organizações estudantis;

III - as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V - **as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;**

VI - ...Vetado...;

VII - ...Vetado...;

VIII - as fundações públicas;

IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública.

Cabe ressaltar que o art. 6º traz uma vedação expressa da declaração de utilidade pública a entidades de classe e àquelas que proporcionam bens ou serviços apenas a grupos restritos de associados.

Assim, em termos legais e, interpretando-se conjuntamente os artigos 1º e 6º da Lei nº 17.826/2013, fica de plano demonstrado que as entidades de classe ou que beneficiem apenas seus associados, ainda que contemplem interesses públicos em seu objeto, não poderão ser enquadradas como instituições de utilidade pública.

Adentrando no campo doutrinário, temos que, por definição, as entidades de utilidade pública tratam-se de pessoas jurídicas de direito privado criadas ou instituídas por particulares, nos termos da lei, para o desempenho perene, efetivo e desinteressado de atividades de interesse público, tendo em vista o bem-estar social, as necessidades e o proveito de toda a coletividade e pautando-se pela prática da benemerência. São passíveis de serem reconhecidas pelos poderes públicos como espontâneas colaboradoras do Estado e, conseqüentemente, não podem ser destinadas a beneficiar apenas grupos restritos de pessoas.

Em outras palavras, a entidade deve buscar o benefício do maior número possível de pessoas, mesmo que estas não sejam a ela afiliadas ou de alguma forma vinculadas, e sem que seja obrigatório contribuir financeiramente com tal entidade.

Imprescindível acrescentar, portanto, que o objetivo da entidade deve implicar na sua própria razão de ser, de forma que o interesse público não deve ser buscado apenas de forma indireta ou reflexa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n. 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Portanto, diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima
expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 24/2014

Projeto de Lei nº. 24/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº
6.775/1976, 6.777/1976, 6.821/1976,
7.033/1978, 7.309/1980, 7.328/1980,
8.547/1987, 7.796/1983, 7.888/1984,
8.111/1985, 8.114/1985, 8.440/1987 E
8.441/1987 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE
UTILIDADE PÚBLICA - NÃO CUMPRIMENTO DOS
REQUISITOS DE CONCESSÃO DA LEI Nº
17.826/2013- PARECER FAVORÁVEL NA FORMA
DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto e Tercílio Turini, têm por objetivo revogar as seguintes Leis:

Lei 6.775/1976. Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – ASSEJEPAR, com sede e foro nesta Capital.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná 23
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DAP

15. 23
Pr

Lei 6.777/1976. Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA, com sede e foro em Curitiba.

Lei 6.821/1976. Súmula: Declara de utilidade pública o MONTEPIO COOPERATIVISTA DO BRASIL, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei 7.033/1978. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do Paraná – CEAG/PR, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Lei 7.309/1980. Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA – REGIONAL DE CASCAVEL- SECÇÃO DO PARANÁ, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Lei 7.328/1980. Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE VIAJANTES DO OESTE DO PARANÁ- AVOPAR, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Lei 8.547/1987. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação Paranaense das Senhoras dos Deputados Estaduais", com sede na Cidade de Curitiba- Pr.

Lei 7.796/1983. Súmula: Declara de utilidade pública a "SOCIEDADE RURAL DO OESTE DO PARANÁ", com sede e foro na cidade de Cascavel.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 7.888/1984. Súmula: Declara de utilidade pública a SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ, com sede e foro em Londrina.

Lei 8.111/1985. Súmula: Declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO RODOVIÁRIA DO PARANÁ", com sede e foro nesta Capital.

Lei 8.114/1985. Súmula: Declara de utilidade pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FÊNIX, com sede e foro no Município de Fênix.

Lei 8.440/1987. Súmula: Declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA EUCATUR CASCAVEL COUNTRY CLUB", com sede e foro na cidade de Cascavel.

Lei 8.441/1987. Súmula: Declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO GRÁFICA SCUSSIATTO", com sede e foro na cidade de Cascavel.

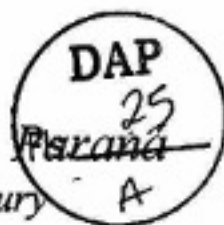
Estas Leis concedem o título de utilidade pública a entidades que defendem os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei nº 17.826/2013.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre;
a) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e
ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DAP

Fls. 26
A

Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades;

II- Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

V- As entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, verbis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DAP

22
A

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

- I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;
- II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;
- III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;
- IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;
- V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;
- VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

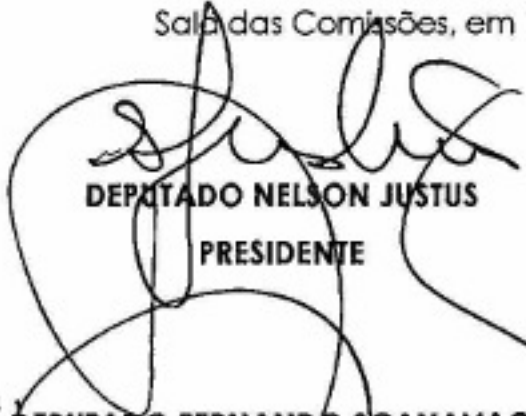
DAP

Fls. 23
A

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 18 de março de 2014.

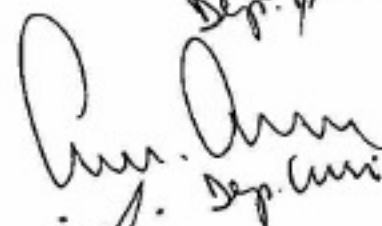

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Corbi


Dep. Tomin


Dep. Henrique


Dep. Luis

APROVADO
18.03.14

Praça Nossa Senhora do Saete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Wilson


Dep. Nereu


Dep. Antonio



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DAP

29

A

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 24/2014

De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 24/2014, passa a contar com a seguinte redação:

SÚMULA – Revoga Leis que concederam título de utilidade pública.

Art. 1º - Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I- Lei nº 6.775, de 30 de abril de 1976;
- II- Lei nº 6.777, de 3 de maio de 1976;
- III- Lei nº 6.821, de 20 de julho de 1976;
- IV- Lei nº 7.033, de 20 de setembro de 1978;
- V- Lei nº 7.309, de 26 de maio de 1980;
- VI- Lei nº 7.328, de 10 de junho de 1980;
- VII- Lei nº 8.547, de 21 de setembro de 1987;
- VIII- Lei nº 7.796, de 21 de dezembro de 1983;
- IX- Lei nº 7.888, de 6 de agosto de 1984;
- X- Lei nº 8.111, de 25 de junho de 1985;
- XI- Lei 8.114, de 25 de junho de 1985;
- XII- Lei nº 8.440, de 14 de janeiro de 1987 e
- XIII - Lei nº 8.441, de 14 de janeiro de 1987.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


DAP


20
P

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18 de março de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

 - Turini

 Dep. Fenu

 - Pedro Lupion

 Alexandre

 Pericles
 RA Edson

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

18.04.14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 1.º FEV. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 25 /2014

Revoga Leis que concederam Título de
Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 11.518, de 13 de setembro de 1996;
- II - Lei nº 13.887, de 25 de novembro de 2002;
- III - Lei nº 12.535, de 25 de janeiro de 1999;
- IV - Lei nº 17.162, de 16 de maio de 2012;
- V - Lei nº 17.366, de 27 de novembro de 2012;
- VI - Lei nº 17.408, de 18 de dezembro de 2012;
- VII - Lei nº 17.618, de 9 de julho de 2013;
- VIII - Lei nº 17.619, de 9 de julho de 2013;
- IX - Lei nº 12.261, de 12 de agosto de 1998;
- X - Lei nº 13.323, de 13 de novembro de 2001;
- XI - Lei nº 12.011, de 7 de janeiro de 1998;
- XII - Lei nº 16.800, de 25 de abril de 2011 e
- XIII - Lei nº 14.213, de 12 de novembro de 2003.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**
MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não cumprem os requisitos da Lei de concessão, vez que destinadas a defender os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei, que prevê a declaração de Utilidade Pública para entidades que comprovem interesse público e serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade.

Segundo as regras insculpidas pela Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencados - incluindo a observância ao interesse público, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública (ou, caso tenha sido anteriormente, deixará de sê-lo caso não reveja seu estatuto e conduta de acordo com os ditames legais).

Ademais, não se deve olvidar que, ao lado dos requisitos dispostos no art. 1º da Lei mencionada, seu art. 6º também assinala situações em que não será possível a declaração de Utilidade Pública a determinadas entidades:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:

I - as sociedades comerciais;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



II - os sindicatos, **as associações de classe ou de representação de categoria profissional** e as organizações estudantis;

III - as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V - **as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;**

VI - ...Vetado...;

VII - ...Vetado...;

VIII - as fundações públicas;

IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública.

Cabe ressaltar que o art. 6º traz uma vedação expressa da declaração de utilidade pública a entidades de classe e àquelas que proporcionam bens ou serviços apenas a grupos restritos de associados.

Assim, em termos legais e, interpretando-se conjuntamente os artigos 1º e 6º da Lei nº 17.826/2013, fica de plano demonstrado que as entidades de classe ou que beneficiem apenas seus associados, ainda que contemplem interesses públicos em seu objeto, não poderão ser enquadradas como instituições de utilidade pública.

Adentrando no campo doutrinário, temos que, por definição, as entidades de utilidade pública tratam-se de pessoas jurídicas de direito privado criadas ou instituídas por particulares, nos termos da lei, para o desempenho perene, efetivo e desinteressado de atividades de interesse público, tendo em vista o bem-estar social, as necessidades e o proveito de toda a coletividade e pautando-se pela prática da benemerência. São passíveis de serem reconhecidas pelos poderes públicos como espontâneas colaboradoras do Estado e, conseqüentemente, não podem ser destinadas a beneficiar apenas grupos restritos de pessoas.

Em outras palavras, a entidade deve buscar o benefício do maior número possível de pessoas, mesmo que estas não sejam a ela afiliadas ou de alguma forma vinculadas, e sem que seja obrigatório contribuir financeiramente com tal entidade.

Imprescindível acrescentar, portanto, que o objetivo da entidade deve implicar na sua própria razão de ser, de forma que o interesse público não deve ser buscado apenas de forma indireta ou reflexa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Portanto, diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima
expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 25/2014

Projeto de Lei nº. 25/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 11.518/1996, 13.887/2002, 12.535/1999, 17.162/2012, 17.366/2012, 17.408/2012, 17.618/2013,, 17.619/2013, 12.261/1998, 13.323/2001, 12.011/1998, 16.800/2011 E 14.213/2003, QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA - NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini, têm por objetivo revogar as seguintes Leis:

Lei 11.518/1996. Súmula: Declara de utilidade pública o "Coral Vozes da Paz", com sede e foro no Município de Araucária- pr.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 13.887/2002. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a Associação Garra de Judô e Karatê, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos.

Lei 12.535/1999. Súmula: Declara de utilidade pública estadual "O Clube dos Idosos Imaculada Conceição - Cidade Sul", com sede e foro no Município de Dois Vizinhos.

Lei 17.162/2012. Súmula: Declara de utilidade pública a Federação Paranaense de Taekwondo - FDTKD, com sede e foro no Município de Londrina.

Lei 17.366/2012. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Goioerense de Basquete - AGOBAS, com sede e foro no Município de Goioerê.

Lei 17.408/2012. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Cafeicultores de Grandes Rios.

Lei 17.618/2013. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Rádio FM Aliança com sede e foro no Município de Paranaguá.

Lei 17.619/2013. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Intermunicipal de Produtores de Leite do Sudoeste do Paraná - Unileite Sudoeste, com sede e foro no Município de Capanema.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Lei 12.261/1998. Súmula: Declara de utilidade pública o Clube de Idosos sempre unidos de Novo Sarandi, Município de Toledo, Estado do Paraná.

Lei 13.323/2001. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação dos Idosos Peabiruenses - AIP", com sede e foro no Município de Peabirú.

Lei 12.011/1998. Súmula: Declara de utilidade pública Estadual a "Associação Casa Familiar Rural de Capanema, com sede e foro no Município de Capanema /PR.

Lei 16.800/2011. Súmula: Declara de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas CTG - de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Lei 14.213/2003. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Desportiva Independente, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul.

Estas Leis concedem o título de utilidade pública a entidades que defendem os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei nº 17.826/2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corroborando este entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades;

II- Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

V- As entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados os sócios;

Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, verbis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



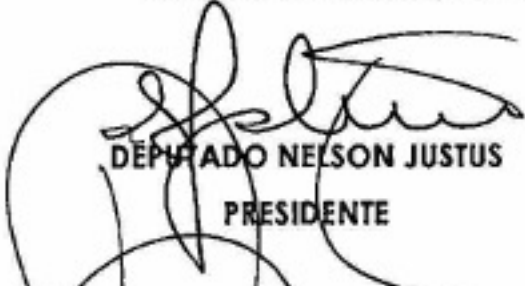
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Fevereiro de 2014.

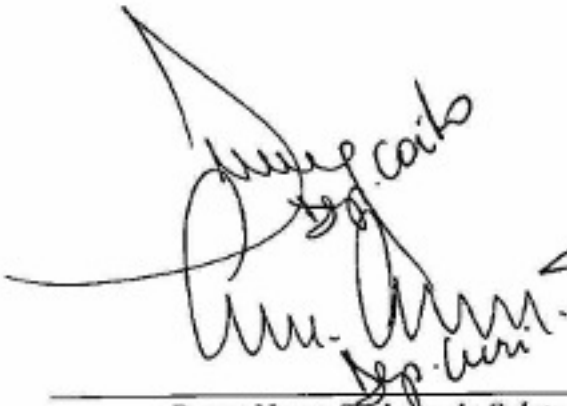
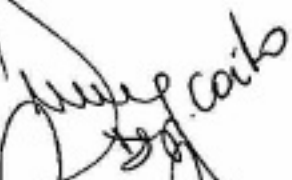

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

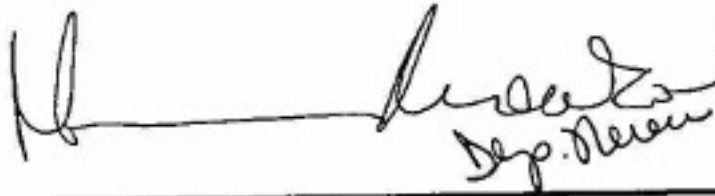

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Aurini


Dep. Raupnon


Dep. Pastor



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Olex
APROVADO
25.02.14



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 10 FEV. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 26 /2014

Revoga Leis que concederam Título de
Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 8.684, de 30 de dezembro de 1987;
- II - Lei nº 17.736, de 29 de outubro de 2013;
- III - Lei nº 9.404, de 4 de outubro de 1990;
- IV - Lei nº 9.414, de 26 de outubro de 1990;
- V - Lei nº 10.263, de 25 de março de 1993;
- VI - Lei nº 11.249, de 14 de dezembro de 1995;
- VII - Lei nº 11.391, de 21 de maio de 1996;
- VIII - Lei nº 11.465, de 12 de julho de 1996;
- IX - Lei nº 13.819, de 6 de novembro de 2002;
- X - Lei nº 17.293, de 14 de setembro de 2012;
- XI - Lei nº 15.479, de 25 de abril de 2007 e
- XII - Lei nº 15.813, de 23 de abril de 2008.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**
MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não cumprem os requisitos da Lei de concessão, vez que destinadas a defender os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei, que prevê a declaração de Utilidade Pública para entidades que comprovem interesse público e serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade.

Segundo as regras insculpidas pela Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencados - incluindo a observância ao interesse público, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública (ou, caso tenha sido anteriormente, deixará de sê-lo caso não reveja seu estatuto e conduta de acordo com os ditames legais).

Ademais, não se deve olvidar que, ao lado dos requisitos dispostos no art. 1º da Lei mencionada, seu art. 6º também assinala situações em que não será possível a declaração de Utilidade Pública a determinadas entidades:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:

I - as sociedades comerciais;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

III - as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - ...Vetado...;

VII - ...Vetado...;

VIII - as fundações públicas;

IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública.

Cabe ressaltar que o art. 6º traz uma vedação expressa da declaração de utilidade pública a entidades de classe e àquelas que proporcionam bens ou serviços apenas a grupos restritos de associados.

Assim, em termos legais e, interpretando-se conjuntamente os artigos 1º e 6º da Lei nº 17.826/2013, fica de plano demonstrado que as entidades de classe ou que beneficiem apenas seus associados, ainda que contemplem interesses públicos em seu objeto, não poderão ser enquadradas como instituições de utilidade pública.

Adentrando no campo doutrinário, temos que, por definição, as entidades de utilidade pública tratam-se de pessoas jurídicas de direito privado criadas ou instituídas por particulares, nos termos da lei, para o desempenho perene, efetivo e desinteressado de atividades de interesse público, tendo em vista o bem-estar social, as necessidades e o proveito de toda a coletividade e pautando-se pela prática da benemerência. São passíveis de serem reconhecidas pelos poderes públicos como espontâneas colaboradoras do Estado e, conseqüentemente, não podem ser destinadas a beneficiar apenas grupos restritos de pessoas.

Em outras palavras, a entidade deve buscar o benefício do maior número possível de pessoas, mesmo que estas não sejam a ela afiliadas ou de alguma forma vinculadas, e sem que seja obrigatório contribuir financeiramente com tal entidade.

Imprescindível acrescentar, portanto, que o objetivo da entidade deve implicar na sua própria razão de ser, de forma que o interesse público não deve ser buscado apenas de forma indireta ou reflexa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n. 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Portanto, diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 26/2014

Projeto de Lei nº. 26/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 8.684/1987, 17.736/2013, 9.404/1990, 9.414/1990, 10.263/1993, 11.249/1995, 11.391/1996, 11.465/1996, 13.819/2002, 17.293/2012, 15.479/2007 E 15.813/2008, QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA - NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini, têm por objetivo revogar as seguintes Leis:

Lei 8.684/1987. Súmula: Declara de utilidade pública o Arco - Associação dos Representantes Comerciais do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 17.736/2013. Súmula: Declara de utilidade pública a "Fundação Coral Medianeira" com sede e foro no Município de Medianeira.

Lei 9.404/1990. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Estética e Cosmetologia/Apeco com sede e foro nesta Capital.

Lei 9.414/1990. Súmula: Declara de utilidade pública o Grêmio dos Funcionários do Santa Mônica clube de campo, com sede e foro no Município de Colombo.

Lei 10.263/1993. Súmula: Declara de utilidade pública o "Conselho de Desenvolvimento Comunitário", do Distrito de São Lourenço, com sede e foro no Município de Cianorte.

Lei 11.249/1995. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Imprensa - API, com sede e foro no Município de Curitiba.

Lei 11.391/1996. Súmula: Declara de utilidade pública o Sindicato Rural de Rio Azul, com sede e foro no Município de Rio Azul.

Lei 11.465/1996. Súmula: Declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Azul, com sede e foro no Município de Rio Azul.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 13.819/2002. Súmula: Declara de utilidade pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fênix", com sede no Município de Fênix e foro no Município de Engenheiro Beltrão.

Lei 17.293/2012. Súmula: Declara de utilidade pública a Organização Cultural social e ambiental água doce, com sede e foro no Município de Curitiba.

Lei 15.479/2007. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação Universitária Reboucense", com sede e foro no município de rebouças.

Lei 15.813/2008. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Toledana de Handebol, com sede e foro no Município de Toledo.

Estas Leis concedem o título de utilidade pública a entidades que defendem os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei nº 17.826/2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades;

II- Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

V- As entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, verbis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



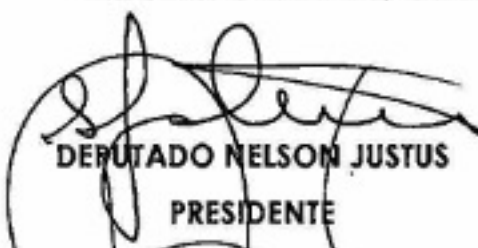
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Fevereiro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Turiani


Dep. Carlos


Dep. Auri


Dep. Dauphion

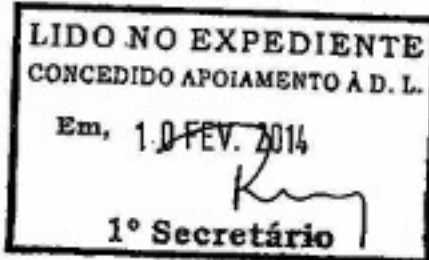

Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Nereu

APROVADO

25.02.14



PROJETO DE LEI Nº 27 /2014

Revoga Leis que concederam Título de
Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 1.803, de 8 de abril de 1954;
- II - Lei nº 6.504, de 7 de dezembro de 1973;
- III - Lei nº 6.891, de 12 de julho de 1977;
- IV - Lei nº 7.402, de 26 de novembro de 1980;
- V - Lei nº 8.307, de 23 de maio de 1986;
- VI - Lei nº 4.144, de 14 de dezembro de 1959;
- VII - Lei nº 8.810, de 30 de junho de 1988;
- VIII - Lei nº 9.192, de 18 de janeiro de 1990;
- IX - Lei nº 10.505, de 26 de outubro de 1993;
- X - Lei nº 12.329, de 24 de setembro de 1998;
- XI - Lei nº 12.617, de 12 de julho de 1999;
- XII - Lei nº 12.710, de 22 de novembro de 1999;
- XIII - Lei nº 12.751, de 17 de dezembro de 1999;
- XIV - Lei nº 13.181, de 25 de junho de 2001 e
- XV - Lei nº 13.395, de 21 de dezembro de 2001.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

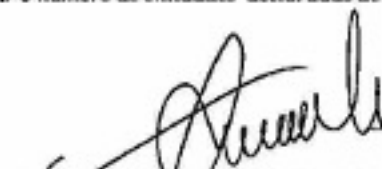
Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO


Deputado **TERCILIO TURINI**
MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO


Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não cumprem os requisitos da Lei de concessão, vez que destinadas a defender os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei, que prevê a declaração de Utilidade Pública para entidades que comprovem interesse público e serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade.

Segundo as regras insculpidas pela Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencados - incluindo a observância ao interesse público, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública (ou, caso tenha sido anteriormente, deixará de sê-lo caso não reveja seu estatuto e conduta de acordo com os ditames legais).

Ademais, não se deve olvidar que, ao lado dos requisitos dispostos no art. 1º da Lei mencionada, seu art. 6º também assinala situações em que não será possível a declaração de Utilidade Pública a determinadas entidades:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, **as associações de classe ou de representação de categoria profissional** e as organizações estudantis;

III - as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V - **as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;**

VI - ...Vetado...;

VII - ...Vetado...;

VIII - as fundações públicas;

IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública.

Cabe ressaltar que o art. 6º traz uma vedação expressa da declaração de utilidade pública a entidades de classe e àquelas que proporcionam bens ou serviços apenas a grupos restritos de associados.

Assim, em termos legais e, interpretando-se conjuntamente os artigos 1º e 6º da Lei nº 17.826/2013, fica de plano demonstrado que as entidades de classe ou que beneficiem apenas seus associados, ainda que contemplem interesses públicos em seu objeto, não poderão ser enquadradas como instituições de utilidade pública.

Adentrando no campo doutrinário, temos que, por definição, as entidades de utilidade pública tratam-se de pessoas jurídicas de direito privado criadas ou instituídas por particulares, nos termos da lei, para o desempenho perene, efetivo e desinteressado de atividades de interesse público, tendo em vista o bem-estar social, as necessidades e o proveito de toda a coletividade e pautando-se pela prática da benemerência. São passíveis de serem reconhecidas pelos poderes públicos como espontâneas colaboradoras do Estado e, conseqüentemente, não podem ser destinadas a beneficiar apenas grupos restritos de pessoas.

Em outras palavras, a entidade deve buscar o benefício do maior número possível de pessoas, mesmo que estas não sejam a ela afiliadas ou de alguma forma vinculadas, e sem que seja obrigatório contribuir financeiramente com tal entidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Imprescindível acrescentar, portanto, que o objetivo da entidade deve implicar na sua própria razão de ser, de forma que o interesse público não deve ser buscado apenas de forma indireta ou reflexa.

Portanto, diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 27/2014

Projeto de Lei nº. 27/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº
1.803/1954, 6.504/1973, 6.891/1977,
7.402/1980, 8.307/1986, 4.144/1959,
8.810/1988, 9.192/1990, 10.505/1993,
12.329/1998, 12.617/1999, 12.710/1999,
12.751/1999, 13.181/2001 E 13.395/2001 QUE
OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA -
NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER
FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini, têm por objetivo revogar as seguintes Leis:

Lei 1.803/1954. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Comercial, com sede e foro no Município de Santo Antônio da Platina.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 6.504/1973. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

Lei 6.891/1977. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Andirá, com sede em Andirá.

Lei 7.402/1980. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Beneficente dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Paraná.

Lei 8.307/1986. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Ipardes

Lei 4.144/1959. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação dos Juízes de Direito do Paraná".

Lei 8.810/1988. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Cianorte com sede e foro neste Município.

Lei 9.192/1990. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Fazenda-Assefacre, com sede e foro em Curitiba.

Lei 10.505/1993. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos de Mandaguari", AAPIM, com sede e foro no Município de Mandaguari.

Lei 12.329/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação de Artesões de Foz do Iguaçu", com sede e foro naquele Município.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Lei 12.617/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação Comercial Industrial e Agrícola de Paranaguá", com sede e foro no Município de Paranaguá.

Lei 12.710/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a API Toledo - Associação de Apicultores de Toledo, com sede e foro no Município de Toledo.

Lei 12.751/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação de Micro e Pequenas Empresas de Cascavel - AMIC", com sede e foro no Município de Cascavel.

Lei 13.181/2001. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação do Centro de Educação Sindical - CESI, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão.

Lei 13.395/2001. Súmula: Declara de utilidade pública Estadual, o clube "União Esporte Clube" com sede e foro na Comarca da Lapa-pr.

Estas Leis concedem o título de utilidade pública a entidades que defendem os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei nº 17.826/2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

a) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corroborando este entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades;

II- Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

V- As entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, verbis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela
APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os
requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.




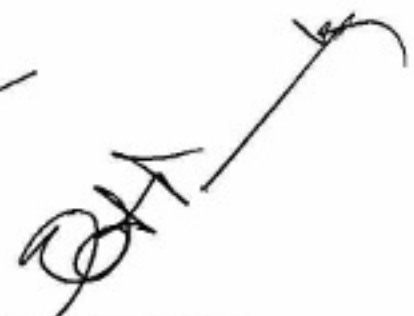
Sala das Comissões, em 25 de Fevereiro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS


PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA

RELATOR





Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

25.12.14




LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.
Em, 18 FEV. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 38 /2014

Revoga Leis que concederam Título de
Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I – Lei nº 16.806, de 25 de abril de 2011;
- II – Lei nº 16.812, de 17 de maio de 2011;
- III – Lei nº 16.864, de 8 de julho de 2011;
- IV – Lei nº 17.380, de 6 de dezembro de 2012;
- V – Lei nº 17.407, de 18 de dezembro de 2012;
- VI – Lei nº 17.498, de 10 de janeiro de 2013;
- VII – Lei nº 17.658, de 12 de agosto de 2013;
- VIII – Lei nº 17.671, de 3 de setembro de 2013;

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2014.

Deputado CATO QUINTANA
PRESIDENTE

Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO

Deputado TADEU VENERI
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputado TERCILIO TURNI
MEMBRO

Deputado ANDRE BUENO
MEMBRO

Deputado ANIBELLI NETO
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis que concederam o Título de Utilidade Pública a entidades que não cunhpriram os requisitos exigidos na lei de concessão, pois se destinam à defesa dos interesses restritos de seus associados. A declaração de Utilidade Pública é prevista para entidades que comprovem interesse público e prestem serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade.

Segundo as regras insculpidas pela Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos preceitos nela elencados – incluindo a observância ao interesse público - não poderá ser enquadrada como de Utilidade Pública (na hipótese de já ter sido o título outorgado anteriormente, deixará de sê-lo caso a entidade não reveja seu estatuto e suas condutas de acordo com os ditames legais).

Além das exigências dispostas no art. 1º da Lei acima mencionada, seu art. 6º também assinala situações em que não será possível a declaração de Utilidade Pública a determinadas entidades:

"Art. 6º Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:

I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

III - as Instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n.º 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - ...Vetado...;

VII - ...Vetado...;

VIII - as fundações públicas;

IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública".(grifo do Parlamentar proponente)

Cabe ressaltar que o texto transcrito veda expressamente a declaração de Utilidade Pública a entidades de classe e àquelas que proporcionam bens ou serviços apenas a grupos restritos de associados.

Assim, interpretando-se conjuntamente os arts. 1º e 6º da Lei nº 17.826, de 2013, fica de plano demonstrado que as entidades de classe ou que beneficiem apenas seus associados, ainda que contemplem interesses públicos em seu objeto, não poderão ser enquadradas como instituições de Utilidade Pública.

Adentrando no campo doutrinário, tem-se que as entidades de Utilidade Pública, por definição, são pessoas jurídicas de direito privado criadas ou instituídas por particulares para o desempenho perene, efetivo e desinteressado de atividades de interesse público, pautadas na prática da benemerência, visando ao bem-estar social, às necessidades e ao proveito de toda a coletividade. São passíveis de serem reconhecidas pelos poderes públicos como espontâneas colaboradoras do Estado e, conseqüentemente, não podem ser destinadas a beneficiar apenas grupos restritos de pessoas.

Em outras palavras, a entidade deve buscar o benefício do maior número possível de pessoas, mesmo que estas não sejam a ela afiliadas ou de alguma forma vinculadas, e sem que seja obrigatório contribuir financeiramente com tal entidade.

Portanto, diante da necessidade da revogação das Leis pelos motivos acima expostos, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 38/2014

Projeto de Lei nº. 38/2014

Autores: Deputado Caio Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 16.806/2011, 16.812/2011, 16.864/2011, 17.380/2012, 17.407/2012, 17.498/2013, 17.658/2013 E 17.671/2013, QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA - NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caio Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno e Tercílio Turini, têm por objetivo revogar as seguintes Leis:

Lei 16.806/2011. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Albuquerque, com sede e foro no município de Campo Mourão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 16.812/2011. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Beneficente e Cultural dos aposentados e pensionistas de Palotina (APPPA), com sede e foro na Cidade de Palotina.

Lei 16.864/2011. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos moradores da Vila Rural Fiorenço Baréa de cidade gaúcha - PR.

○ **Lei 17.380/2012. Súmula:** Declara de utilidade pública a "FAMEP - Federação das Associações de moradores do Estado do Paraná", com sede e foro no município de Londrina.

Lei 17.407/2012. Súmula: Declara de utilidade pública a Sociedade Rural do Oeste do Paraná, com sede e foro no município de Cascavel.

Lei 17.498/2013. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a Associação de empresas de tecnologia da informação - ASSESPRO Regional Paraná, com sede e foro no município de Curitiba.

○ **Lei 17.658/2013. Súmula:** Declara de utilidade pública estadual a Associação dos agricultores das comunidades de rio das pedras b e colônia cachoeira, com sede e foro no município de São Mateus do Sul.

Lei 17.671/2013. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Moradores dos Conjuntos Dom Barusso, Dom Luis e terra Nostra - ASMOBALUTEN, com sede e foro no município de Curitiba.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Estas Leis concedem o título de utilidade pública a entidades que defendem os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei nº 17.826/2013.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre;

a) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades;

II- Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

V- As entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados os sócios;

Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, verbis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



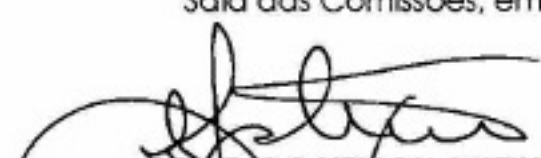
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Fevereiro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Cali


Dep. Auri


Dep. Reymon


Dep. Durini


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

25.02.14


Dep. Nereu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n.º 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 18 FEV. 2014
[Assinatura]
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 44 /2014

Revoga Leis que concederam Título de
Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 7.896, de 6 de agosto de 1984;
- II - Lei nº 7.951, de 19 de novembro de 1984;
- III - Lei nº 8.133, de 2 de setembro de 1985;
- IV - Lei nº 8.148, de 16 de setembro de 1985;
- V - Lei nº 8.712, de 4 de janeiro de 1988;
- VI - Lei nº 8.887, de 6 de outubro de 1988;
- VII - Lei nº 8.916, de 15 de dezembro de 1988;
- VIII - Lei nº 9.013, de 13 de junho de 1989;
- IX - Lei nº 9.063, de 1º de setembro de 1989;
- X - Lei nº 9.802, de 12 de novembro de 1991;
- XI - Lei nº 10.312, de 7 de junho de 1993;
- XII - Lei nº 10.411, de 2 de agosto de 1993;
- XIII - Lei nº 11.131, de 5 de julho de 1995;
- XIV - Lei nº 11.524, de 13 de setembro de 1996 e
- XV - Lei nº 11.552, de 2 de outubro de 1996.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2014.

[Assinatura]
Deputado CAITO QUINTANA
PRESIDENTE

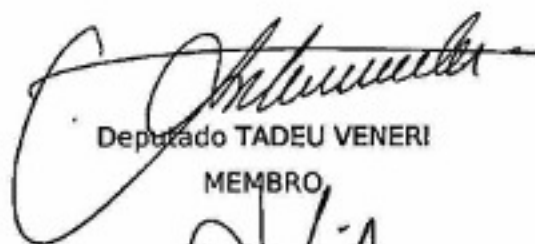
[Assinatura]
Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

[Assinatura]
Deputada CAMILA MARA LIMA
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado TADEU VENERI


MEMBRO


Deputado TERÇILIO TURINI

MEMBRO


Deputado ANDRÉ BUENO

MEMBRO


Deputado ANIBELLI NETO

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis que concederam o Título de Utilidade Pública a entidades que não cumpriram os requisitos exigidos na lei de concessão, pois se destinam à defesa dos interesses restritos de seus associados. A declaração de Utilidade Pública é prevista para entidades que comprovem interesse público e prestem serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade.

Segundo as regras insculpidas pela Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos preceitos nela elencados – incluindo a observância ao interesse público – não poderá ser enquadrada como de Utilidade Pública (na hipótese de já ter sido o título outorgado anteriormente, deixará de sê-lo caso a entidade não reveja seu estatuto e suas condutas de acordo com os ditames legais).

Além das exigências dispostas no art. 1º da Lei acima mencionada, seu art. 6º também assinala situações em que não será possível a declaração de Utilidade Pública a determinadas entidades:

“Art. 6º Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n.º 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

III - as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - ...Vetado...;

VII - ...Vetado...;

VIII - as fundações públicas;

IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública".(grifo do Parlamentar proponente)

Cabe ressaltar que o texto transcrito veda expressamente a declaração de Utilidade Pública a entidades de classe e àquelas que proporcionam bens ou serviços apenas a grupos restritos de associados.

Assim, interpretando-se conjuntamente os arts. 1º e 6º da Lei nº 17.826, de 2013, fica de plano demonstrado que as entidades de classe ou que beneficiem apenas seus associados, ainda que contemplem interesses públicos em seu objeto, não poderão ser enquadradas como instituições de Utilidade Pública.

Adentrando no campo doutrinário, tem-se que as entidades de Utilidade Pública, por definição, são pessoas jurídicas de direito privado criadas ou instituídas por particulares para o desempenho perene, efetivo e desinteressado de atividades de interesse público, pautadas na prática da benemerência, visando ao bem-estar social, às necessidades e ao proveito de toda a coletividade. São passíveis de serem reconhecidas pelos poderes públicos como espontâneas colaboradoras do Estado e, conseqüentemente, não podem ser destinadas a beneficiar apenas grupos restritos de pessoas.

Em outras palavras, a entidade deve buscar o benefício do maior número possível de pessoas, mesmo que estas não sejam a ela afiliadas ou de alguma forma vinculadas, e sem que seja obrigatório contribuir financeiramente com tal entidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n. 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Portanto, diante da necessidade da revogação das Leis pelos motivos acima expostos, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 44/2014

Projeto de Lei nº. 44/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº
7.896/1984, 7.951/1984, 8.133/1985,
8.148/1985, 8.712/1988, 8.887/1988,
8.916/1988, 9.013/1989, 9.063/1989,
9.802/1991, 10.312/1993, 10.411/1993,
11.131/1995, 11.524/1996 E 11.552/1996, QUE
OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA -
NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE,
CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER
FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo revogar as seguintes Leis:

Lei 7.896/1984. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores da Vila Autódromo, com sede na cidade de Curitiba.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei nº 7.951/1984 – Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação dos moradores e amigos da Vila Gusso e Jardim Paraná", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Lei nº 8.133/1985 – Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação dos moradores e amigos da Vila Esmeralda", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Lei nº 8.148/1985 – Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos moradores e amigos da Vila Ipiranga, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Lei nº 8.712/1988 – Súmula: Declara de utilidade pública a Federação das associações de moradores do Estado do Paraná – Famopar, com sede e foto nesta Capital.

Lei nº 8.887/1988 – Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores e amigos da Vila Centenário II, com sede e foro em Curitiba.

Lei nº 8.916/1988 – Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de moradores Vila americana, do conjunto habitacional Cohapar, situada no bairro Vila Americana, com sede e foro em São Mateus do Sul.

Lei nº 9.013/1989 – Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação de moradores do conjunto residencial moradias Atenas I".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei nº 9.063/1989 – Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Guabirota, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Lei nº 9.802/1991 – Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos moradores e amigos dos bairros Jardim Paulista, nova paulista, Dom Bosco e San Remo, com sede e foro no município de Sarandi.

Lei nº 10.312/1993 – Súmula: Declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM ACRÓPOLE", com sede e foro nesta Capital.

Lei nº 10.411/1993 – Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação de moradores e amigos da Vila Cândida", com sede e foro no município de Campo Mourão.

Lei nº 11.131/1995 – Súmula: Declara de utilidade pública a União Sarandiense das Associações de moradores - UNISAN, com sede em Sarandi e foro na Comarca de Marialva.

Lei nº 11.524/1996 – Súmula: Declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL", com sede e foro na comarca de Pato Branco, PR.

Lei nº 11.552/1996 – Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação de moradores das Plantas Jardim Savóia e Viviane", com sede e foro em Curitiba.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Estas Leis concedem o título de utilidade pública a entidades que defendem os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei nº 17.826/2013.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a Iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades;

II- Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

V- As entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, verbis:

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 12 de Março de 2014.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

12.3.14

Dep. Aníbal

Dep. Durvalino

Dep. Laurimion

Dep. Fátima



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n.º 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.
Em, 18 FEV. 2014
[Assinatura]
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 47/2014

Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 5.136, de 1º de junho de 1965; ✓
- II - Lei nº 6.627, de 17 de outubro de 1974; ✓
- III - Lei nº 7.527, de 17 de novembro de 1981; ✓
- IV - Lei nº 9.206, de 23 de janeiro de 1990; ✓
- V - Lei nº 9.449, de 27 de novembro de 1990; ✓
- VI - Lei nº 11.117, de 30 de junho de 1995; ✓
- VII - Lei nº 12.073, de 11 de março de 1998; ✓
- VIII - Lei nº 12.158, de 27 de maio de 1998; ✓
- IX - Lei nº 12.271, de 18 de agosto de 1998; ✓
- X - Lei nº 12.332, de 24 de setembro de 1998; ✓
- XI - Lei nº 12.437, de 13 de janeiro de 1999; ✓
- XII - Lei nº 13.537, de 6 de maio de 2002; ✓
- XIII - Lei nº 14.127, de 18 de setembro de 2003; ✓
- XIV - Lei nº 14.337, de 16 de fevereiro de 2004 e ✓
- XV - Lei nº 14.795, de 15 de julho de 2005. ✓

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2014.

[Assinatura]
Deputado CARLO QUINTANA
PRESIDENTE

[Assinatura]
Deputado PEDRO LUPION
RELATOR

[Assinatura]
Deputada CANTORA MARA LIMA
MEMBRO



Deputado TADEU VENERI

MEMBRO

Deputado TERCIANO TURINI

MEMBRO

Deputado ANDRÉ BUENO

MEMBRO

Deputado ANIBELLI NETO

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis que concederam o Título de Utilidade Pública a entidades que não cumpriram os requisitos exigidos na lei de concessão, pois se destinam à defesa dos interesses restritos de seus associados. A declaração de Utilidade Pública é prevista para entidades que comprovem interesse público e prestem serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade.

Segundo as regras insculpidas pela Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos preceitos nela elencados – incluindo a observância ao interesse público - não poderá ser enquadrada como de Utilidade Pública (na hipótese de já ter sido o título outorgado anteriormente, deixará de sê-lo caso a entidade não reveja seu estatuto e suas condutas de acordo com os ditames legais).

Além das exigências dispostas no art. 1º da Lei acima mencionada, seu art. 6º também assinala situações em que não será possível a declaração de Utilidade Pública a determinadas entidades:

"Art. 6º Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:



I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

III - as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - ...Vetado...;

VII - ...Vetado...;

VIII - as fundações públicas;

IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública".(grifo do Parlamentar proponente)

Cabe ressaltar que o texto transcrito veda expressamente a declaração de Utilidade Pública a entidades de classe e àquelas que proporcionam bens ou serviços apenas a grupos restritos de associados.

Assim, interpretando-se conjuntamente os arts. 1º e 6º da Lei nº 17.826, de 2013, fica de plano demonstrado que as entidades de classe ou que beneficiem apenas seus associados, ainda que contemplem interesses públicos em seu objeto, não poderão ser enquadradas como instituições de Utilidade Pública.

Adentrando no campo doutrinário, tem-se que as entidades de Utilidade Pública, por definição, são pessoas jurídicas de direito privado criadas ou instituídas por particulares para o desempenho perene, efetivo e desinteressado de atividades de interesse público, pautadas na prática da benemerência, visando ao bem-estar social, às necessidades e ao proveito de toda a coletividade. São passíveis de serem reconhecidas pelos poderes públicos como espontâneas colaboradoras do Estado e, conseqüentemente, não podem ser destinadas a beneficiar apenas grupos restritos de pessoas.

Em outras palavras, a entidade deve buscar o benefício do maior número possível de pessoas, mesmo que estas não sejam a ela afiliadas ou de alguma forma vinculadas, e sem que seja obrigatório contribuir financeiramente com tal entidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n.º 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Portanto, diante da necessidade da revogação das Leis pelos motivos acima expostos, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 47/2014

Projeto de Lei nº. 47/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 5.136/1965, 6.627/1974, 7.527/1981, 9.206/1990, 9.449/1990, 11.117/1995, 12.073/1998, 12.158/1998, 12.271/1998, 12.332/1998, 12.437/199, 13.537/2002, 14.127/2003, 14.337/2004 E 14.795/2005 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA - NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini, têm por objetivo revogar as seguintes Leis:

Lei 5.136/1965. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação BANESTADO, com sede na Capital.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 6.627/1974. Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE PARANAENSE - AMUNPAR, com sede na cidade de Paranavai.

Lei 7.527/1981. Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS DIRETORES DE ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Lei 9.206/1990. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão", com sede e foro no município de Campo Mourão.

Lei 9.449/1990. Súmula: Declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS ARTISTAS PLASTICOS DO PARANA - APAP- PR", com sede e foro nesta capital.

Lei 11.117/1995. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, com sede e foro no município de Santo Antônio da Platina.

Lei 12.073/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a FEMOCLAM - Federação Comunitário das Associação de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana, com sede e foro em Curitiba.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 12.158/1998. Súmula: Declara de utilidade pública estadual a Associação do Núcleo de Produção da Terceira Idade com sede e foro no município de Francisco Alves.

Lei 12.271/1998. Súmula: Declara de utilidade pública, a Associação dos Fenilcetonúricos e Hemocistinúricos, com sede e foro nesta Capital.

Lei 12.332/1998. Súmula: Declara de utilidade pública a Casa Familiar Rural de Manfrinópolis, com sede e foro no município de Manfrinópolis.

Lei 12.437/1999. Súmula: Declara de utilidade pública a Federação de Xadrez do Paraná – FEXPAR, com sede e foro nesta capital.

Lei 13.537/2002. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Aqüicultores de Maripá - AQUÍMAP, com sede no município de Maripá e foro no município de Palotina.

Lei 14.127/2003. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Patologia, com sede e foro nesta Capital.

Lei 14.337/2004. Súmula: Declara de utilidade pública a Casa Família Rural (CFR) de Francisco Beltrão, com sede e foro no município de Francisco Beltrão.

Lei 14.795/2005. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação João XXIII para evangelização, com sede e foro no município de Londrina.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Estas Leis concedem o título de utilidade pública a entidades que defendem os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei nº 17.826/2013.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

a) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades;

II- Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

V- As entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, *verbis*:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 12 de Março de 2014.



DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
PRESIDENTE

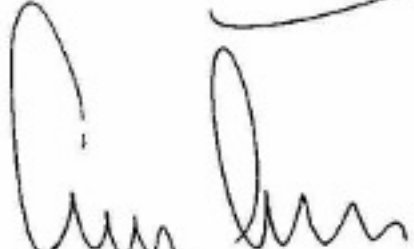

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Celso


Dep. Quinteiro


Dep. Laurion


Dep. Tadeu


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Dep. Luri

APROVADO

12.3.14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 25 FEV. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 67 /2014

Revoga Leis que concederam Título de
Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I – Lei nº 6.769, de 31 de dezembro de 1975;
- II – Lei nº 7.934, de 8 de novembro de 1984;
- III – Lei nº 8.375, de 14 de outubro de 1986;
- IV – Lei nº 8.713, de 4 de janeiro de 1988;
- V – Lei nº 12.282, de 18 de agosto de 1998;
- VI – Lei nº 12.885, de 29 de maio de 2000;
- VII – Lei nº 11.382, de 21 de maio de 1996;
- VIII – Lei nº 11.919, de 1º de dezembro de 1997;
- IX – Lei nº 13.020, de 11 de dezembro de 2000;
- X – Lei nº 13.220, de 5 de julho de 2001.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA
Presidente

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação das seguintes Leis que outorgaram o Título de Utilidade Pública a sindicatos:

- nº 6.769, de 31 de dezembro de 1975;
- nº 7.934, de 8 de novembro de 1984;
- nº 8.375, de 14 de outubro de 1986;
- nº 8.713, de 4 de janeiro de 1988;
- nº 12.282, de 18 de agosto de 1998;
- nº 12.885, de 29 de maio de 2000;
- nº 11.382, de 21 de maio de 1996;
- nº 11.919, de 1º de dezembro de 1997;
- nº 13.020, de 11 de dezembro de 2000;
- nº 13.220, de 5 de julho de 2001.

Nos termos da legislação vigente à época e segundo os preceitos legais em vigor na atualidade, só podem ser declaradas de utilidade pública entidades sem fins lucrativos e com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade.

As associações de classes e sindicatos, embora denominados sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, são entidades que congregam seus associados para juntar experiência e promover reivindicações de acordo com as necessidades para o exercício de suas funções, zelando pela ética profissional e cuidando dos interesses de círculo restrito de associados que visam interesses corporativos.

Outrossim, a Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2014, no inciso II, do art. 6º, veda expressamente a qualificação de sindicatos como entidade de Utilidade Pública.

Portanto, a concessão efetuada é ilegal e não pode proceder, pelo que entende a Comissão Especial para averiguar e relacionar essas instituições, constituída pelo Ato do Presidente nº 19/2013, por proposição do Deputado Caíto Quintana, pela necessidade de cassação dos Títulos de Utilidade Pública através da revogação das referidas Leis.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 67/2014

Projeto de Lei nº. 67/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto

Súmula: Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 6.769/1975, 7.934/1984, 8.375/1986, 8.713/1988, 12.282/1998, 12.885/2000, 11.382/1996, 11.919/1997, 13.020/2000 E 13.220/2001 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto, têm por objetivo revogar as seguintes Leis:

Lei 6.769/1975. Súmula: Declara de Utilidade Pública o SINDICATO RURAL DE ASTORGA, com sede e foro na cidade do mesmo nome.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 7.934/1984. Súmula: Declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE QUINTA DO SOL", com sede e foro no município de Quinta do Sol.

Lei 8.375/1986. Súmula: Declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALTÔNIA", com sede e foro no Município de Altônia.

Lei 8.713/1988. Súmula: Declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MISSAL", com sede e foro no Município de Missal.

Lei 12.282/1998. Súmula: Declara de Utilidade Pública, o Sindicato Rural Patronal de Loanda, com sede e foro no Município de Loanda.

Lei 12.885/2000. Súmula: Declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios, Carnes, Derivados, Rações Balanceadas de Castro e Região, com sede no Município de Carambei e foro no Município de Castro.

Lei 11.382/1996. Súmula: Declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matelândia, com sede e foro no Município de Matelândia.

Lei 11.919/1997. Súmula: Declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Catanduvas, com sede e foro na Cidade de Catanduvas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 13.020/2000. Súmula: Declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural de Marialva, com sede e foro no Município de marialva.

Lei 13.220/2001. Súmula: Declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão.

Estas Leis concedem o título de utilidade pública a entidades que defendem os interesses restritos de seus associados, condição esta contrária às disposições da Lei nº 17.826/2013

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades;

II- Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

V- As entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados os sócios;

Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, verbis:

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.




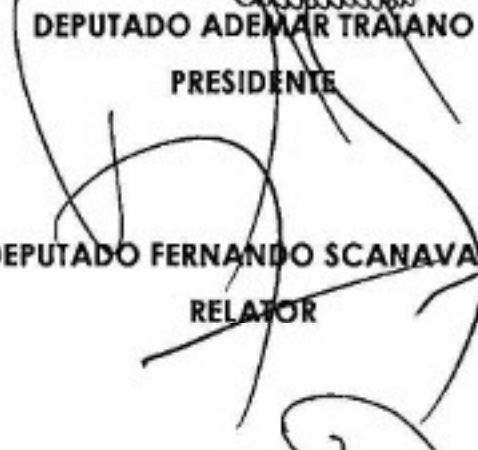
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 12 de Março de 2014.


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Carlos


Dep. Benteiro


Dep. Leupion


Dep. Tadeu


Dep. [illegível]

Praca Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

12.3.14



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 16 JUN. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 276/2014

Altera a Lei nº 1.713, de 16 de janeiro de 1954, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 1.713, de 16 de janeiro de 1954, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Cultura - APC, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Cultura - APC, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 17.117, de 17 de abril de 2012.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2014.



Pedro Lupion
Deputado Estadual


Caio Quintana
Deputado Estadual


Tadeu Veneri
Deputado Estadual


Cantora Mara Lima
Deputada Estadual


Tercilio Tadini
Deputado Estadual


André Bueno
Deputado Estadual


Anibelli Neto
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

1

A Lei nº 1.713, de 16 de janeiro de 1954, concedeu o Título de Utilidade Pública à Sociedade Paranaense de Cultura, autorizando o Poder Executivo a conceder uma subvenção anual de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) à referida entidade.

Posteriormente, a Lei nº 17.117, de 17 de abril de 2012, alterou apenas o art. 1º da lei anterior, sem contudo ajustar o conteúdo da ementa e do art. 2º, deixando de observar que a prática de concessão de subvenções a entidades de utilidade pública não é mais utilizada e também resta inconstitucional a autorização ao Poder Executivo para tal.

Portanto, considerando a necessidade de ser preservado o princípio da isonomia entre as instituições e a de ser respeitada a técnica legislativa, a Lei mais antiga - de 1954 - deverá ter o seu art. 2º suprimido e estar adequada ao Estatuto Social para que conste Associação Paranaense de Cultura - APC, com sede e foro no Município de Curitiba. Diante do fato apontado, e visando evitar duplicidade, propõe-se a revogação da Lei nº 17.117, de 2012.

Assim, pelos motivos acima expostos, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 276/2014

Projeto de Lei nº. 276/2014

Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima.

Súmula: Altera a Lei nº 1.713, de 16 de janeiro de 1954, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA DENOMINAÇÃO, EMENTA E ARTIGO 1º- LEI Nº 1.713/1954 - ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "SOCIEDADE PARANAENSE DE CULTURA, E AUTORIZA AO PODER EXECUTIVO A CONCEDER UMA SUBVENÇÃO ANUAL DE CR\$ 5.000.000,00 ÀQUELA SOCIEDADE" PARA "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA- APC, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA" - POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, André Bueno, Pedro Lupion e Cantora Mara Lima, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 1.713/1954. Súmula: Reconhece como de Utilidade Pública, a Sociedade Paranaense de Cultura, e autoriza ao Poder Executivo a conceder uma subvenção anual de Cr\$ 5.000.000,00 àquela sociedade

O projeto pretende modificar a denominação da "Sociedade Paranaense de Cultura, e autoriza ao Poder Executivo a conceder uma subvenção anual de Cr\$ 5.000.000,00 àquela sociedade" para "Associação Paranaense de Cultura- APC, com sede e foro no município de Curitiba".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No entanto, a fim de retificar a data da publicação da Lei de Título de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 28 de Outubro de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

APROVADO
04.11.14

Prça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Dep. Zanetti
Dep. Pastor
Dep. Loupion
Dep. Tanimi
Dep. Amorim
Dep. Curi



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 276/2014

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor da emenda e do art. 1º do Projeto de Lei nº 276/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Altera a Lei nº 1.713, de 7 de janeiro de 1954, de concessão de Título de Utilidade Pública.

"Art. 1º - A Lei nº 1.713, de 7 de janeiro de 1954, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Cultura- APC, com sede e foro no Município de Curitiba".

Sala das Comissões, em 28 de Outubro de 2014.

Deputado Nelson Justus
Presidente

Deputado Fernando Scanavacca
Relator

Praga Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

04.11.14



PROJETO DE LEI Nº 393/2014

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 01 SET. 2014

1º Secretário

Alteração da Lei nº 9.107, de 30 de outubro de 1989, que concedeu Título de Utilidade Pública e autorizou a doação de imóvel.

Art. 1º A Lei nº 9.107, de 30 de outubro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Autorização ao Poder Executivo a doar à Fundação das Pioneiras Sociais o imóvel que especifica.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação das Pioneiras Sociais, instituída pela Lei Federal nº 3.736, de 22 de março de 1960, área de terreno com 53.352,10m², no Bairro Cajuru, Município de Curitiba, constante do Lote "E", de propriedade da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, conforme transcrição sob o nº 32.747 e respectivas averbações, no Livro 3/M, do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Parágrafo único. O lote de terreno de que trata o caput deste artigo fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade e será exclusivamente destinado à implantação do Hospital Geral do Aparelho Locomotor, revertendo automaticamente ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 8.778, de 23 de maio de 1988, que autorizou o Poder Executivo a doar ao Município de Curitiba a área de terreno que especifica, destinado à implantação do Hospital Geral Aparelho Locomotor.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI
Membro

Deputado ANDRÉ BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 9.107, de 30 de outubro de 1989, declarou de utilidade pública a Associação de Amparo aos Idosos de Foz do Iguaçu e autorizou o Poder Executivo a doar imóvel à Fundação das Pioneiras Sociais.

Em relação à concessão de Título de Utilidade Pública, desnecessário figurar nesta Lei, vez que a Lei nº 8.991, de 24 de maio de 1989, já o concedeu à Associação de Amparo aos Idosos de Foz do Iguaçu.

Portanto, a Lei nº 9.107, de 1989, deverá ser alterada para que esteja adequada à técnica legislativa, mantendo tanto a autorização concedida ao Poder Executivo para a doação do imóvel nela especificado quanto a revogação da Lei nº 8.778, de 23 de maio de 1988, que autorizava o Poder Executivo a doar outra área de terreno para a implantação do Hospital Geral do Aparelho Locomotor.

Assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 393/2014

Projeto de Lei nº. 393/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Andre Bueno, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini.

Súmula: Alteração da Lei nº 9.107, de 30 de outubro de 1989, que concedeu Título de Utilidade Pública e autorizou a doação de imóveis.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 9.107/1989 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AOS IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU, E AUTORIZA A DOAÇÃO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA À FUNDAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS” PARA “AUTORIZAÇÃO AO PODER EXECUTIVO A DOAR À FUNDAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS O IMÓVEL QUE ESPECIFICA”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Andre Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 9.107/1989. Súmula: Declara de Utilidade Pública, a Associação de Amparo aos Idosos de Foz do Iguaçu e autoriza a doação do imóvel que especifica à Fundação das Pioneiras Sociais.

O projeto pretende modificar a denominação "Associação de Amparo aos Idosos de Foz do Iguaçu e autoriza a doação do imóvel que especifica à Fundação das Pioneiras Sociais" para "Autorização ao Poder Executivo a doar à Fundação das Pioneiras Sociais o imóvel que especifica".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
a) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

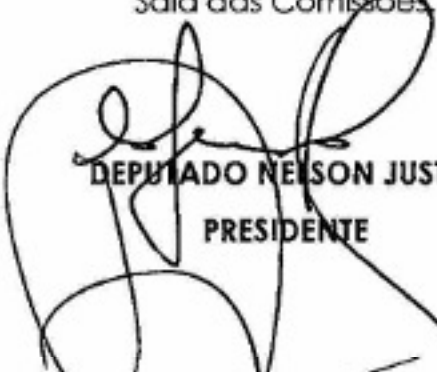


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 28 de Outubro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Carlos


Dep. Tadeu


Dep. Bonassoli



Dep. Curi


Dep. Sempion


Dep. Antonio

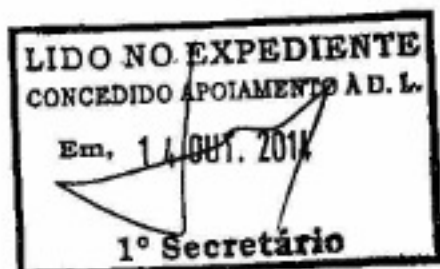
Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

04.11.14 



PROJETO DE LEI Nº 422/2014



Declara de Utilidade Pública o Instituto Polo Internacional Iguassu, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto Polo Internacional Iguassu, com sede e foro Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 2014.


VALDIR ROSSONI
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

O INSTITUTO POLO INTERNACIONAL IGUASSU com sede e foro na Avenida Tancredo Neves, 6731, Parque Tecnológico Itaipu, no Município de Foz do Iguaçu, é uma associação de direito privado, a qual não possui fins lucrativos e com prazo de duração indeterminado.

Foi constituído por iniciativa dos instituidores das nove cidades que se enquadram na Resolução 41/97 do GMC – "Grupo Mercado Comum do Mercosul", que são Puerto Iguazu, Wanda, Puerto Esperanza e Puerto Libertad na Argentina, Foz do Iguaçu no Brasil e Presidente Franco, Ciudad del Este, Hernandárias e Minga Guazú no Paraguai.

Tem como objetivos atuar por meio de ações integradas nas áreas de gestão, educação e pesquisa em turismo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do setor, em âmbito nacional e internacional, especialmente na região Trinacional do Iguassu.

Para atingir estes objetivos o Instituto desenvolverá ações ou atividades específicas a fim de fomentar apoiar, executar e promover atividades e iniciativas voltadas ao desenvolvimento do Turismo; apoiar iniciativas governamentais e privadas existentes na região, visando à efetiva integração e o desenvolvimento econômico e social; apoiar e promover atração de investimentos, visando o crescimento sustentado do setor de turismo; fomentar, apoiar e promover atividades culturais; prestar assistência a crianças, adolescentes, jovens e adultos, oferecendo-lhes educação profissional; entre outras atividades.

Diante do exposto, solicito a concessão do Título de Utilidade Pública Estadual para a "Instituição Cidade Nova União". A documentação encontra-se em conformidade com as exigências da legislação pertinente. Por isto, rogo apoio de meus Ilustres pares para aprovar o presente projeto de lei, por ser do mais justo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 422/2014

Projeto de Lei nº. 422/2014
Autor: Deputado Valdir Rossoni

Súmula: Declara de Utilidade Pública o **Instituto Polo Internacional Iguassu**, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS
PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **Instituto Polo Internacional Iguassu**, com sede e foro no Município de Foz de Iguaçu, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



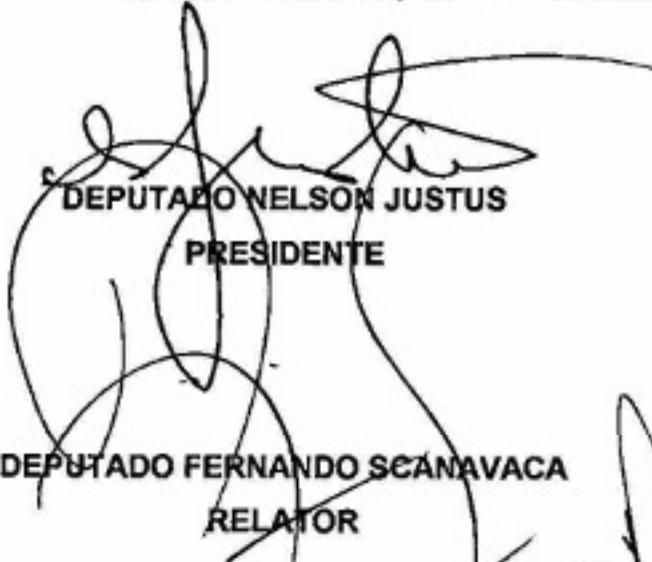
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pág. 296

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 04 de Novembro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Carlos

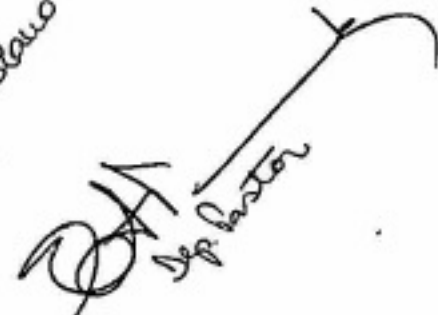

Dep. Thierstein


Dep. Romualdo


Dep. Ferech


Dep. João


Dep. Leupion


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

04.11.14